

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

POLIANA EINSFELD DA SILVA

**O trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais: reflexões acerca do  
Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre**

Porto Alegre

2018

POLIANA EINSFELD DA SILVA

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO A MOVIMENTOS SOCIAIS:  
REFLEXÕES ACERCA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA  
DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mailiz Garibotti Lusa

Porto Alegre

2018

POLIANA EINSFELD DA SILVA

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO A MOVIMENTOS SOCIAIS:  
REFLEXÕES ACERCA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA  
DE PORTO ALEGRE**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profª Drª Mailiz Garibotti Lusa, UFRGS.

**Orientadora**

---

Profª Drª Tatiana Reidel, UFRGS.

**Examinadora**

## AGRADECIMENTOS

Se cheguei até o final dessa longa caminhada, sei que não foi caminhando sozinha. Aos acompanhantes dessa caminhada, o meu sincero muito obrigada!

A Deus, não enquanto uma figura distante a quem tão comumente dirigimos nossos agradecimentos em momentos como esse. Agradeço a um Deus diferente, que é pessoal e próximo e que se fez presente todos os dias ao longo desses 4 anos e meio. A um Deus que não tem nada a ver com o discurso opressor e de ódio que pregam por aí em Seu nome, mas, sim, a um Deus libertador que tem me ensinado que o amor é a maior revolução.

Ao Jonathan, meu marido, que certamente foi um dos meus maiores incentivadores e quem acompanhou mais de perto essa caminhada, desde o seu início até agora. Obrigada por todo o teu apoio e por teu amor incansável. Obrigada por ser sempre tão parceiro. Sei que essa conquista é nossa!

Aos meus queridos pais, que me apoiaram todo o tempo, inclusive em minha saída de casa aos 17 anos, da pequena cidade de Nova Petrópolis para me aventurar na perigosa capital. Obrigada por confiarem em mim e por abraçarem comigo os meus sonhos. Devo quem sou a vocês!

À Priscila, minha irmã e uma grande psicóloga, por ser minha parceira de vida e de estudos. Com orgulho carrego muito de ti em mim. Obrigada por ser inspiração e por me complementar de tantas formas. Juntas formamos uma ótima equipe interdisciplinar!

À Janete, minha amada sogra, que me recebeu enquanto filha e me acolheu tão bem. Obrigada por sempre se fazer presente e por demonstrar incansavelmente teu carinho e amor por mim e pelo Jon. Tu és o nosso maior exemplo!

Aos meus amigos e companheiros de fé e de luta da Comunidade Cristã e Coletivo Abrigo. Obrigada por me fazerem entender que eu sou melhor quando nós somos!

Às companheiras e colegas do Serviço Social, especialmente à Jaqueline, à Bruna, à Lizandra, à Raíssa e à Valquíria. Obrigada pelas parcerias nos trabalhos ao longo do curso, e, principalmente, obrigada por tornarem mais leve os momentos pesados dessa caminhada. Essa graduação já valeu a pena porque me permitiu ter conhecido vocês.

Às colegas de bolsas, que foram as melhores companhias que eu poderia ter nesses últimos semestres. Muito obrigada, Ana, Jéssica Flores, Jéssica Degrandi, Carina e Luisa!

À minha orientadora, professora Mailiz, que, em todo o tempo de orientação, mostrou-se prestativa e sempre me incentivou a ir mais além. Obrigada por acreditar em mim e por me ensinar tanto. Tu és minha inspiração de assistente social!



À equipe de trabalhadores do Centro Pop I, por todo o aprendizado durante o estágio. Agradeço por terem abraçado comigo o meu projeto de intervenção e por terem priorizado o meu aprendizado todo o tempo. Agradeço em especial à Débora, minha supervisora, por todo o carinho e incentivo. Obrigada por ter me feito assistente social!

Aos companheiros de luta do Movimento Nacional da População de Rua, que me acolheram e me ensinaram tanto sobre a importância da luta. Agradeço de coração pela construção coletiva das fotografias que deram forma a esse trabalho e por toda troca de saberes. Obrigada por me mostrarem que um outro mundo é possível!

*INJUSTIÇA CAPITAL*

*Na fachada*

*Pessoas sem vida*

*Expõem agasalho*

*Manequins do capital*

*Na calçada*

*Pessoas com vida*

*Expõem-se ao orvalho*

*Nos confins da capital*

*(Jonathan Zotti da Silva)*



Fonte: a autora (2018).

## RESUMO

O presente trabalho aborda o tema do trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais por meio da análise da organização da população em situação de rua no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) de Porto Alegre. O interesse pela temática do trabalho surgiu a partir da experiência do projeto de intervenção planejado e executado ao longo do Estágio Curricular Obrigatório realizado no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop I) do município de Porto Alegre. A pesquisa que orienta o trabalho tem como problema o seguinte questionamento: “Quais repercussões a organização do MNPR de Porto Alegre produz para o Serviço Social enquanto possibilidades de trabalho junto a movimentos sociais?”. Para responder a essa pergunta, o trabalho tem como objetivo geral analisar a organização da população em situação de rua no Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre a fim de identificar as possibilidades de trabalho do assistente social junto a movimentos sociais. Para obter os resultados esperados com o trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica de abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Na pesquisa empírica, foi utilizada a técnica da documentação fotográfica a fim de produzir imagens que respondam aos objetivos da pesquisa. O trabalho elucida o surgimento da situação de rua e sua relação intrínseca ao modo de produção capitalista, além de apresentar as características desse grupo populacional e apresentar as principais expressões da questão social presentes em sua realidade. Também apresenta um panorama dos movimentos sociais do Brasil, dando enfoque ao Movimento Nacional da População de Rua nos âmbitos nacional e local do município de Porto Alegre. Por fim, este trabalho expõe a relação do Serviço Social com os movimentos sociais, a experiência do Estágio e as possibilidades de trabalho do assistente social junto ao MNPR de Porto Alegre. A abordagem do tema do trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais torna-se relevante à medida que incide no fortalecimento dos processos de organização e mobilização coletiva da população em situação de rua, como forma de resistir ao contexto de desigualdade e de violação de direitos presente na rua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social. Movimentos Sociais. População em Situação de Rua. Movimento Nacional da População de Rua.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Lei geral de acumulação capitalista	16
Figura 2 - Aprendizado no olhar	24
Figura 3 - O Jornal Boca de Rua e a luta	25
Figura 4 – Mais que um jornal	26
Figura 5 - Rua há anos	29
Figura 6 - A rua como morada	30
Figura 7 - Lar que se constrói na rua	32
Figura 8 - Vida em família	33
Figura 9 - Exposição constante	34
Figura 10 - A ocupação como moradia partilhada	35
Figura 11 - A dura e invisível realidade	37
Figura 12 - Exclusão	38
Figura 13 - Direitos negados	40
Figura 14 - Desigualdade	44
Figura 15 - Definição de movimento popular de luta pelo MNPR	60
Figura 16 - Principais violações contra a população em situação de rua	64
Figura 17 - Etapas para construção de políticas públicas	65
Figura 18 – Agrupamento de organização do MNPR	70
Figura 19 - Registro e reunião	71
Figura 20 - Na reunião do MNPR todos têm lugar	72
Figura 21 – Acesso à escola para a população de rua	74
Figura 22 – Acesso à alimentação para a população de rua	75
Figura 23 - Campanha “E se essa rua fosse minha?”	76
Figura 24 - Acesso à saúde para a população de rua	77
Figura 26 - Carta da ocupação à comunidade de Porto Alegre	79
Figura 27 - A luta no MNPR por meio da Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares	80
Figura 28 – O movimento que ocupa	82
Figura 29 - Comida para todos	83
Figura 30 – Preparar e servir a comida: um ato coletivo	85
Figura 31 - A coletividade presente nas tarefas cotidianas da ocupação	86
Figura 32 - A ocupação também é dos espaços de poder do Estado	87
Figura 34 - Participação em protesto realizado pelo MNPR	99
Figura 35 - Reunião do MNPR no Centro Pop I	99
Figura 36 - Cartaz de divulgação da reunião do MNPR colado em mural do Centro Pop I	104

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Principal atividade ocupacional destinada à sobrevivência	19
Quadro 2 - Rendimento mensal em salários mínimos (SM)	20
Quadro 3 - Motivações para terem ido para a rua	31
Quadro 4 – Estrutura do MNPR	61
Quadro 5 - Conhecimento e participação em Fóruns/Movimentos Sociais/ONG	90

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A SITUAÇÃO DE RUA E O CAPITALISMO: Determinantes históricos e implicações para a população .....</b>	<b>15</b>
2.1 Lei geral de acumulação capitalista e os determinantes históricos da situação de rua ..	15
2.2 A centralidade do trabalho e a situação de rua .....	18
2.3 Caracterização da população em situação de rua.....	22
2.4 A situação de rua enquanto expressão da questão social.....	41
<b>3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA/MNPR .....</b>	<b>46</b>
3.1 Trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil.....	47
3.2 O Movimento Nacional da População de Rua: a rua como morada e como resistência	58
3.3 A organização, participação e produção de autonomia no MNPR de Porto Alegre .....	67
<b>4 SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E O MNPR DE PORTO ALEGRE</b>	<b>91</b>
4.1 Serviço Social e movimentos sociais: uma relação em construção .....	91
4.2 A experiência de Estágio Curricular Obrigatório no Centro Pop I .....	97
4.3 As possibilidades de trabalho de assistentes sociais junto ao MNPR de Porto Alegre	100
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro semi-estruturado de coleta de dados .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.) .....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE C – Material de análise preliminar da documentação fotográfica .....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética da UFRGS.....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge enquanto um produto da trajetória acadêmica percorrida ao longo do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 2014 a 2018. Além das disciplinas do curso, essa trajetória compreende a participação em bolsas de iniciação científica, de extensão, de monitoria e a realização do Estágio Curricular Obrigatório. Dentre essas atividades, destacam-se, para a pesquisa relatada neste trabalho, o projeto de extensão “Movimentos Sociais e Serviço Social” e as disciplinas ao longo do curso que possibilitaram a aproximação com a temática da população em situação de rua.

Um dos principais marcos da trajetória acadêmica, que resultou no presente trabalho, foi a realização do Estágio Curricular Obrigatório no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop I) no período de março de 2016 a junho de 2017. O projeto de intervenção desenvolvido no estágio, intitulado “O protagonismo da população em situação de rua para além do Centro Pop I: aproximação com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)”, teve o objetivo de fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva dos usuários do Centro Pop I, buscando a participação dos mesmos no MNPR de Porto Alegre. A execução do projeto de intervenção evidenciou a importância do trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais uma vez que o MNPR se mostrou um potente recurso para fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva da população em situação de rua.

Foi a partir da execução do projeto de intervenção e da inserção no campo de estágio que surgiram as inquietações que deram origem a este trabalho, que tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: “Quais repercussões a organização do MNPR de Porto Alegre produz para o Serviço Social enquanto possibilidades de trabalho junto a movimentos sociais?”. Para responder a essa pergunta, o projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar a organização da população em situação de rua no Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre a fim de identificar as possibilidades de trabalho do assistente social junto a movimentos sociais.

Para responder a essa pergunta e atingir esse objetivo foi desenvolvida, no período de março a junho de 2018, uma pesquisa documental, bibliográfica e empírica, de abordagem qualitativa, com caráter exploratório, fundamentada no método dialético-crítico como método científico.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em autores como Marx (2013), Duriguetto (2007), Silva (2009), Montañó e Duriguetto (2010), Abramides e Duriguetto

(2014) e Moro e Marques (2011). Também foram consideradas outras produções científicas locais sobre o tema que apresentaram relevância para a pesquisa, tais como teses, dissertações e TCCs.

A pesquisa documental foi realizada a partir de documentos como a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), a cartilha “Conhecer para Lutar” (MNPR, 2010) e as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (BRASIL, 2011), além dos documentos produzidos pela pesquisadora ao longo do Estágio Curricular Obrigatório. A análise dos dados bibliográficos e documentais foi feita a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1994), baseada em categorias analíticas, como “população em situação de rua”, “movimentos sociais” e “Serviço Social”.

A pesquisa empírica teve como técnica a observação participante (MINAYO, 2009) e a produção de documentação fotográfica (GURAN, 2012) com os militantes do MNPR de Porto Alegre. Os critérios para a inclusão dos sujeitos pesquisados foram possuir trajetória de militância no MNPR e estar ou ter estado em situação de rua nos últimos 12 meses.

Dentre as diferentes formas de utilizar a fotografia em pesquisas, optou-se pela documentação fotográfica a qual tem como objetivo registrar um fato ou aspecto da vida social (GURAN, 2012). Ademais, a documentação fotográfica tem como uma das principais características a imersão do pesquisador no assunto fotografado, pois o conjunto de fotos se relaciona de maneira indissolúvel com a compreensão da natureza do próprio tema (GURAN, 2012). Nesse sentido, ressalta-se que a pesquisadora tem participado das reuniões do MNPR desde junho de 2016, existindo, portanto, desde aquele momento, a imersão nesse espaço.

A escolha da fotografia enquanto instrumento de investigação social advém do fato de que esta possibilita uma percepção única dos fatos, que não é proporcionada por qualquer outro método de investigação. Além disso, utiliza uma linguagem mais abrangente do que a escrita, pois tem a capacidade de se comunicar com diferentes grupos populacionais, como a população em situação de rua, tendo em vista que muitos são alfabetizados. Portanto, a utilização da fotografia visa ao diálogo com os sujeitos pesquisados, por ser uma linguagem visual e também pelo fato de que todas as imagens produzidas na pesquisa foram entregues ao MNPR de Porto Alegre por meio da disponibilização dos arquivos digitais das imagens, além das fotos impressas, de um banner e de um fotolivro, de forma a contribuir para a organização e divulgação desse movimento.

Vale ressaltar também que a fotografia permite a construção de novas representações e identidades visuais acerca da população em situação de rua, garantindo assim o direito à representação, à imagem e à informação negado a essas pessoas (GURAN, 2012). Ademais, a



trajetória da pesquisadora enquanto fotógrafa também contribuiu para a escolha desse método de pesquisa.

A produção de documentação fotográfica ocorreu através de quatro encontros com os militantes do MNPR, os quais foram guiados por um roteiro semiestruturado de orientação da observação (APÊNDICE A). Os encontros dividiram-se em dois principais eixos: a realidade da rua e a organização e a participação no MNPR. Nesses encontros foram captados momentos-síntese que representavam cada eixo. Os militantes do MNPR foram protagonistas nesse processo, pois coube a eles escolherem o que seria fotografado, apontando quais as representações e significados deles sobre os eixos. A pesquisadora foi responsável pelo registro fotográfico, e, dessa forma, as imagens produzidas na pesquisa buscaram a perspectiva *êmica*, pois apresentaram a representação que os sujeitos da pesquisa têm de si próprios (GURAN, 2012).

É preciso destacar que, projeto desta pesquisa, havia um terceiro eixo: o Serviço Social e o MNPR. No entanto, ao longo da execução da pesquisa, as pesquisadoras avaliaram que não seria possível a realização da documentação fotográfica desse terceiro eixo do roteiro, pois entenderam que a técnica da documentação fotográfica não seria a mais adequada para atingir os objetivos do eixo. Por isso, esse terceiro eixo foi abordado somente por meio do desenvolvimento das pesquisas documental e bibliográfica.

Para a análise das imagens, foi realizada a análise documentária de fotografias, a qual compreende a exposição de dados referentes ao conteúdo informacional da imagem (SMIT, 1997, apud MANINI, 2002), recuperando as categorias informacionais “quem”, “onde”, “quando”, “como” e “o que” de cada fotografia. A partir dessa análise, buscou-se compreender as mensagens não verbalizadas captadas nas fotografias, como os olhares, os gestos, os cenários e as expressões corporais e faciais (MENDES, 2010).

As fotografias produzidas na documentação fotográfica foram dispostas ao longo do texto, pois o conteúdo fotografado foi percebido à luz dos pressupostos teóricos da pesquisa — resultantes da pesquisa bibliográfica e documental — possibilitando, assim, uma integração do discurso através da descrição e interpretação dos fenômenos estudados e por meio da apresentação das conclusões da pesquisa (GURAN, 2012). As fotografias que tiveram uma análise preliminar e que não foram inseridas junto ao texto do trabalho foram dispostas no Apêndice C.

A fim de atingir os objetivos da pesquisa, foi realizada uma contextualização inicial acerca do surgimento da população em situação de rua no modo de produção capitalista e sua relação com a lei geral de acumulação capitalista. Essa contextualização está associada ao

objetivo específico da pesquisa de compreender as determinações do fenômeno situação de rua enquanto expressão da questão social e suas implicações para as pessoas em situação de rua.

Posteriormente, ao apresentar e analisar o MNPR de Porto Alegre, buscou-se atingir o objetivo específico de identificar o processo de organização e mobilização do MNPR em Porto Alegre e suas contribuições para o fortalecimento de autonomia de seus militantes. Por fim, o trabalho busca dar destaque à atuação de assistentes sociais junto a movimentos sociais, e, mais especificamente, junto ao MNPR de Porto Alegre, de forma a contemplar o objetivo específico de refletir acerca das possibilidades de trabalho do Serviço Social junto ao MNPR de Porto Alegre.

É preciso ressaltar que a pesquisa foi realizada no contexto da realização da Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares organizada por integrantes do MNPR em um terreno abandonado da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A ocupação teve início no dia 29 de março e permanece até o momento de publicação deste trabalho, tendo como principal objetivo a reivindicação de um espaço de moradia, de geração de renda, de cultura e de segurança para a população em situação de rua do município. Essa ocupação representa um momento histórico do MNPR de Porto Alegre e foi o cenário da maioria dos encontros de produção de documentação fotográfica.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS (ANEXO A). Em todas as atividades de coleta de dados através da documentação fotográfica, foi apresentado para os sujeitos da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), que foi por eles assinado a fim de demonstrar a sua anuência individual.

A abordagem do tema deste trabalho ganha relevância num cenário em que se acirram as expressões da questão social que atingem a vida da população em situação de rua. Assim, evidencia-se ainda mais a necessidade da atuação de assistentes sociais junto a esta população no sentido de fortalecer os processos de organização e mobilização coletiva. Tais processos produzem a resistência a esse cenário adverso.

Além disso, o desenvolvimento de trabalhos e a produção de conhecimento sobre o MNPR de Porto Alegre e sua relação com o trabalho de assistentes sociais ainda é pequeno, pois é ainda inicial. Especialmente no âmbito da formação em Serviço Social na UFRGS, o tema não foi ainda abordado enquanto pesquisa voltada à produção de Trabalho de Conclusão de Curso, o que demonstra a sua relevância.

O trabalho está disposto em três seções, sendo que cada seção corresponde a um dos objetivos específicos da pesquisa. A primeira seção, intitulada “A situação de rua e o capitalismo: Determinantes históricos e implicações para a população”, está dividida em quatro subseções, as quais são: “Lei geral de acumulação capitalista e os determinantes históricos da situação de rua”, “A centralidade do trabalho e a situação de rua”, “Caracterização da população em situação de rua” e “A situação de rua enquanto expressão da questão social”.

A segunda seção tem como título “Movimentos sociais e o Movimento Nacional da População de Rua/MNPR” e se desdobra em três subseções: “Movimentos sociais no Brasil: trajetória histórica e o retrato atual”, “O Movimento Nacional da População de Rua: a rua como morada e como resistência” e “A organização, participação e produção de autonomia no MNPR de Porto Alegre”.

A terceira e última seção, intitulada “Serviço Social, Movimentos Sociais e o MNPR de Porto Alegre”, organiza-se nas seguintes subseções: “Serviço Social e movimentos sociais: uma relação em construção”, “A experiência de Estágio Curricular Obrigatório no Centro Pop I” e “Possibilidades de trabalho do Serviço Social no MNPR de Porto Alegre”.

## **2 A SITUAÇÃO DE RUA E O CAPITALISMO: Determinantes históricos e implicações para a população**

Esta seção tem como principal objetivo apresentar uma breve contextualização da situação de rua no capitalismo, buscando compreender os seus determinantes históricos nesse modo de produção e a sua configuração como expressão da questão social. A fim de atingir este objetivo, a seção está organizada em três subseções. A primeira subseção visa à exposição da lei geral de acumulação capitalista de forma a compreender as suas implicações para o surgimento e expansão da população em situação de rua. A segunda subseção apresenta a reflexão da centralidade do trabalho na definição da população em situação de rua, compreendendo as suas principais formas de inserção no mercado de trabalho. Por fim, a terceira subseção traz a caracterização da população em situação de rua e a compreensão da situação de rua enquanto expressão da questão social.

### **2.1 Lei geral de acumulação capitalista e os determinantes históricos da situação de rua**

Para se aprofundar na temática da população em situação de rua, é preciso compreender a totalidade que perpassa a realidade dessa população. Não é possível entender essa população de forma isolada sem analisar a trajetória histórica de seu surgimento e, especialmente, a sua relação intrínseca com o modo de produção de capitalista. Nesse sentido, retomam-se os estudos de Marx acerca da lei geral de acumulação capitalista (MARX, 2013), pois se entende que a população em situação de rua é consequência direta do modo de funcionamento do capital.

A acumulação de capital não se refere somente à sua ampliação quantitativa, mas à contínua “alteração qualitativa de sua composição, num acréscimo constante de seu componente constante à custa de seu componente variável” (MARX, 2013, p. 704). Para compreender essa afirmação, faz-se necessário retomar a diferenciação entre os componentes constantes e variáveis do capital: estes são entendidos como valor destinado à compra da força de trabalho (salários), responsáveis pela reprodução ampliada do capital, ao passo que aqueles correspondem à parte do capital que é convertida em meios de produção, como máquinas e matérias-primas, e que conservam valor.

A sociedade capitalista é estruturada a partir da divisão em classes sociais antagônicas: a classe detentora dos meios de produção e a classe possuidora da força de trabalho, que se mantém e se reproduz pela venda dessa força de trabalho. Nesse sentido, a relação estabelecida entre o capital e o trabalho é uma relação de exploração, em que o trabalhador é

o instrumento gerador de mais-valia<sup>1</sup>. Esse processo de exploração da mão de obra assalariada, ou seja, de “produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, 2013, p.695). A relação entre capital, acumulação e taxa de salário refere-se, portanto, à relação entre trabalho não pago, transformado em capital, e ao trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional (MARX, 2013).

Nesse contexto de elevação da produtividade do trabalho, que implica em aumento dos meios de produção em relação à força de trabalho, associada à diminuição do tempo socialmente necessário à produção e ao aumento do trabalho excedente, cria-se uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva conforme sejam as necessidades de acumulação e expansão do capital (SILVA, 2009). Dessa forma, o aumento da riqueza social e do capital em funcionamento ocorre de forma conjunta ao aumento do exército industrial de reserva, conforme demonstra a imagem abaixo.

Figura 1 - Lei geral de acumulação capitalista



Fonte: a autora (2018).

A relação de crescimento dessas três questões (crescimento do capital, força produtiva do proletariado e exército industrial de reserva) é proporcional: o aumento de uma delas resulta no aumento das demais. A lei geral de acumulação capitalista, portanto, evidencia a desigualdade inerente ao modo em que o capital opera, que se expressa no aumento da riqueza social, de um lado, e no aumento da exploração e da pobreza da classe trabalhadora, de outro.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu

<sup>1</sup>A mais-valia é a parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o trabalho excedente, o trabalho não-pago (MARX, 2013).

trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 719-720).

Nos termos desta lei de acumulação, a população em situação de rua compõe a superpopulação relativa<sup>2</sup>, a qual se apresenta como uma necessidade para a expansão do capital.

À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (MARX, 2013, p. 710).

Marx vincula, portanto, o processo de criação de superpopulação relativa à lei geral da acumulação capitalista uma vez que compreende que a “acumulação do capital é multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p. 690). Dessa forma, entende-se que o modo de produção capitalista tem na população trabalhadora excedente uma alavanca para a acumulação capitalista e mesmo uma condição para a sua própria existência.

Mas se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 2013, p. 707).

A superpopulação relativa ou exército industrial de reserva tem papel essencial na exploração do capital pelo trabalho porque os movimentos de aumento e redução dos salários dos trabalhadores ativos são regulados pela expansão e contração dessa superpopulação. Isso ocorre porque esse exército industrial de reserva acaba pressionando o exército ativo de trabalhadores, forçando-o ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2013, p. 712).

Assim, nota-se que a acumulação do capital requer não somente a existência prévia desta população excedente, mas necessita também que esta seja uma população pobre,

---

<sup>2</sup> População trabalhadora excedente das classes subalternizadas (MARX, 2013).

ignorante, oprimida e desesperada, ao ponto de ser prontamente recrutada como mão de obra barata quando necessário ao sistema capitalista (HARVEY, 2013). Desse modo, quanto maior o grau de alienação do sujeito em relação ao cotidiano e à sua inserção nas relações sociais na sociedade capitalista, mais facilmente acontecerá o processo de submissão às elites dominantes e, portanto, maior será o seu grau de exploração, com menor potencial de resistência.

Historicamente o surgimento da situação de rua relaciona-se ao processo de gênese do capitalismo, denominado por Marx (2013) de acumulação primitiva. Esse processo, iniciado na Europa no século XVIII, compreendeu a expropriação de terras dos produtores rurais e dos camponeses, que expulsou os trabalhadores rurais de tais terras e compeliu-os a vender a única mercadoria que lhes restou, a sua força de trabalho (SILVA, 2009). Esses trabalhadores, com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional, migraram das zonas rurais para as zonas urbanas e foram jogados à margem da sociedade por estarem excluídos do desenvolvimento e do acesso a bens e serviços. A não incorporação dessa força de trabalho disponível na sociedade pela produção capitalista gerou uma massa de trabalhadores que excedia até mesmo às classes subalternizadas, expressa no pauperismo (MARX, 2013).

Desse modo, é possível afirmar que as condições histórico-estruturais que originaram a população em situação de rua têm como base a expropriação dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados, no contexto da acumulação primitiva e do surgimento dos grandes centros urbanos. Compreende-se, portanto, que essas condições que deram origem e reproduzem continuamente a população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que deram origem ao capitalismo, que geraram a acumulação primitiva de capital e que asseguram a crescente e contínua acumulação de capital (SILVA, 2009).

## **2.2 A centralidade do trabalho e a situação de rua**

Conforme a discussão da subseção anterior, entende-se que o trabalho é uma categoria central da estruturação capitalista e determinante das relações sociais. Portanto, é necessário compreender a situação de rua a partir de sua relação com o trabalho no modo de produção capitalista.

No Brasil a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, como mostra o dado da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), em que 70,9% dos entrevistados afirmaram exercer alguma atividade

remunerada. Dessas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). A maior parte desses trabalhos é realizada de maneira informal, pois somente 1,9% dos entrevistados afirmou estar trabalhando com carteira assinada. A informalidade predomina no trabalho exercido pela população em situação em rua, uma vez que 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada. Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de cinco anos; 22,9% de dois a cinco anos).

Os dados da Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre (UFRGS, 2017), realizada no ano de 2016, também apresentam importantes informações referentes à inserção da população em situação de rua no mundo de trabalho. Segundo a pesquisa, as principais atividades exercidas pelos pesquisados são a reciclagem (23,9%), a jardinagem (14%) e a lavagem, o cuidado de carros e a flanelinha (12,8%). O quadro abaixo aponta as demais atividades de trabalho que foram relatadas pela população de rua.

Quadro 1 - Principal atividade ocupacional destinada à sobrevivência

<b>Rendimento mensal</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Catador materiais recicláveis/reciclagem	106	23,9
Jardinagem	62	14,0
Lava/guarda carros/flanelinha	57	12,3
Pede/achaca	44	9,9
Faz programa/prostituição	39	8,8
Construção civil/pedreiro/pintor	28	6,3
Vendedor de rua	25	5,7
Bico/biscate	22	5,0
Limpeza/faxina	14	3,1
Distribui panfletos	12	2,7
Artesanato	5	1,1
Carga e descarga	5	1,1
Outro	11	2,5
<b>Total</b>	<b>413</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Perfil e o Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N=413).



Como resultante do exercício das atividades acima listadas, quase todos os entrevistados afirmaram possuir alguma renda, a qual é utilizada para a sobrevivência na rua. Tendo como referência o valor do salário mínimo em vigor no Brasil em setembro de 2016 (R\$ 880), mais de um terço dos entrevistados (38,2%) recebe até meio salário mínimo e, cerca de um terço (31,6%), um salário mínimo. Isso representa o total de 69,8% que recebem o valor mensal de até um salário mínimo de renda individual, conforme a mostra o quadro abaixo.

Quadro 2 - Rendimento mensal em salários mínimos (SM)

<b>Rendimento mensal</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Até ½ SM (até R\$ 440)	146	38,2
De mais de ½ a 1 SM (de R\$ 441 a R\$ 880)	121	31,6
De mais de 1 a 1 ½ SM (de R\$ 880 a R\$ 1.320)	62	16,2
De mais de 1 ½ a 2 SM (de R\$ 1.321 a R\$ 1.760)	28	7,3
De mais de 2 SM a 3 SM (de R\$ 1.761 a R\$ 2.640)	22	5,7
De mais de 3 a 4 SM (de R\$ 2.641 a R\$ 3.520)	2	0,5
Mais de 4 SM (mais de R\$ 3.520)	2	0,5
<b>Total</b>	<b>451</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N=451).

Assim, é possível compreender que a população em situação de rua compõe, em sua extensa maioria, a classe trabalhadora, contrariando estigmas e preconceitos presentes no senso comum, que tendem a identificar as pessoas que vivem nas ruas enquanto pessoas que não trabalham. Ademais, esses dados demonstram que essa população tem como uma das principais características a exclusão do mercado de trabalho formal e a inserção em formas precárias de trabalho, expressa nos trabalhos informais, de pouco rendimento. Dessa forma, confirma-se que a população em situação de rua no modo de produção capitalista é caracterizada enquanto superpopulação relativa, conforme visto anteriormente.

Por vivenciar condições de vida e de trabalho precárias, a população em situação de rua pode também ser considerada uma população situada socialmente abaixo do proletariado, denominada de *lumpem proletariado* (MARX, 1848). Essa parcela do proletariado compõe a

[...] “classe perigosa”, a escória social, aquela massa que apodrece passivamente, descartada pelas camadas mais baixas da velha sociedade, [que] pode, aqui ou acolá, ser arrastada ao movimento por uma revolução proletária; suas condições de vida,

contudo, preparam-na bem mais para o papel de instrumento subornado de intriga reacionária (MARX, 1848, p. 494 apud LINDE, 2016).

A superpopulação relativa é apresentada por Marx a partir de suas três formas: flutuante, latente e estagnada. Não é exclusividade da população em situação de rua compor essa superpopulação, uma vez que, ao menos em uma de suas formas, “todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado” (MARX, 2013, p. 716). Segundo as fases alternadas dos ciclos industriais, essa superpopulação aparece de forma aguda, nas crises, ou crônica, nos períodos de paralisação (NETTO, 2012).

Entende-se por flutuante a superpopulação relativa composta pelos trabalhadores que são ora repelidos, ora atraídos novamente em maior volume ao mercado de trabalho. Como exemplo, pode-se citar a parcela dos trabalhadores que habitam nos centros industriais e que se encontram em constante movimento de inserção e exclusão no mercado de trabalho (MARX, 2013).

Quando os trabalhadores não conseguem se inserir no mercado de trabalho, mesmo tendo passado por um processo de migração das zonas rurais para as zonas urbanas em busca de emprego, esta parcela de trabalhadores torna-se latente. O fluxo desses trabalhadores para as cidades pressupõe também, no próprio campo, a existência de uma contínua superpopulação latente. Esses trabalhadores rurais acabam sendo “reduzidos ao salário mínimo e estão sempre com um pé do lodaçal do pauperismo” (MARX, 2013, p. 718).

Já a forma estagnada da superpopulação relativa representa a parte dos trabalhadores que estão em atividade, mas encontram-se inseridos em condições precárias e irregulares de trabalho (MARX, 2013). Essa parcela caracteriza-se pelo máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário, além de ser a parcela de maior crescimento da classe trabalhadora.

A população em situação de rua movimentava-se entre uma forma e outra de inserção precária no mercado de trabalho, passando por todas essas composições da superpopulação relativa. No Brasil, contudo, a maior parte dessa população vivenciou a forma estagnada antes de estar na rua e/ou durante essa condição através da realização de trabalhos informais como, por exemplo, a catação de material reciclável e a guarda e lavagem de carros (SILVA, 2009).

Por fim, é preciso mencionar o sedimento mais baixo da superpopulação relativa, em que a população em situação de rua encontra-se em sua grande maioria: o pauperismo. Este, por sua vez, “constitui o asilo dos inválidos do exército industrial de reserva e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p.719).

O pauperismo é composto por três categorias: os aptos para o trabalho, os órfãos e os filhos de indigentes e os incapacitados para o trabalho. Os aptos para o trabalho são aqueles

que têm seu número aumentado a cada crise da indústria e diminuído a cada retomada dos negócios. Os órfãos e os filhos de indigentes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, são rápida e massivamente alistados ao exército ativo de trabalhadores (MARX, 2013). E os incapacitados para o trabalho, degradados e maltrapilhos, que são os indivíduos que “sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho” (NETTO, 2012, p. 393). Como exemplo, pode-se mencionar aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, as vítimas da indústria, os mutilados, os enfermos, as viúvas, entre outros (MARX, 2013).

A produção e a necessidade do pauperismo se compreendem da produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos formam uma condição de existência da produção capitalista e do próprio desenvolvimento da riqueza (NETTO, 2012).

### **2.3 Caracterização da população em situação de rua**



Fonte: a autora (2018).

De acordo com o Decreto nº 7053 (BRASIL, 2009), em seu artigo primeiro, parágrafo único, a população em situação de rua pode ser entendida como um

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Esse conceito caracteriza a população em situação de rua a partir da falta ou da negação dos vínculos familiares, de moradia convencional e de uma condição socioeconômica

favorável. Contudo, essa população não deve ser identificada somente por aspectos negativos, pois a rua pode apresentar outros significados. De acordo com F., que há já mora na rua há 15 anos, a sua vivência na rua representa aprendizado.

Figura 2 - Aprendizado no olhar



Fonte: a autora (2018).

Um exemplo de aprendizado construído na rua advém da experiência que F. tem enquanto integrante do Jornal Boca de Rua.



O Jornal Boca de Rua é um projeto da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE) e existe desde agosto de 2000 no município de Porto Alegre. O projeto consiste na construção coletiva do jornal por pessoas em situação de rua, as quais são também responsáveis por sua venda. O rendimento financeiro obtido com os exemplares vendidos é revertido para essas pessoas, constituindo, assim, uma fonte alternativa de renda. Os textos, as fotos e as ilustrações são elaborados pelos participantes do projeto em oficinas semanais, e a publicação do jornal acontece a cada três meses (ALICE, 2016).

Figura 3 - O Jornal Boca de Rua e a luta



Fonte: a autora (2018).

Para F., o Jornal tem papel central na sua vivência na rua, pois, além de representar uma fonte de renda, também é um espaço de pertencimento e um importante componente na construção de sua identidade enquanto pessoa em situação de rua.

Figura 4 – Mais que um jornal



Fonte: a autora (2018).

Devido a esses outros significados construídos sobre a rua, essa população não deve ser somente identificada por suas carências, pois são inúmeras outras as características que compõem as especificidades presentes nessa realidade. Uma dessas principais características é exatamente o fato de haver uma grande diversidade nessa população, não sendo possível apresentar um único perfil da população em situação de rua devido à heterogeneidade desse grupo populacional.

Os moradores de rua não constituem uma “população homogênea”. A multiplicidade de características pessoais, que esse segmento social apresenta, dificulta a utilização de uma definição unidimensional. A variedade de soluções dadas à subsistência e formas de abrigo, o tempo de permanência na rua, a trajetória anterior à situação de rua, a herança cultural e social [...], o tempo e as formas de rompimento dos vínculos familiares, os tipos de socialização que se consolidaram na rua, a rotina espacial, o uso de substâncias químicas (álcool e/ou drogas) e o seu grau de comprometimento, as condições de autoestima, o sexo, a idade, a escolaridade e as formas de reintegração que almejam, são fatores dificultam uma conceituação que não seja reducionista ou mesmo unifocal e nos conduz à ideia de uma tipologia dentro dos moradores de rua na cidade (BORIN, 2003, p. 44 apud SILVA, 2009, p. 124).

Dessa forma, não no sentido de delimitar um perfil único ou uma tipologia da população em situação de rua, mas, sim, a fim de apresentar uma breve caracterização dessa população, serão apresentados na presente subseção os principais dados da Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre realizada pela UFRGS no ano de 2017.

Destacam-se também as características presentes nos sujeitos participantes da pesquisa, a partir de três principais elementos: idade, tempo de rua e definição do que é viver na rua. J. tem 50 anos e já viveu metade de sua vida na rua. Ele afirma que “ruologia” é a palavra que define o que é a rua para ele. Segundo ele, esse neologismo foi lhe apresentado por um amigo. A.A. tem 30 anos, está na rua há 8 anos e traduz na palavra “horrrível” o que é viver nesse contexto. A.S. tem 19 anos e vive na rua desde que nasceu, pois foi abandonado por sua família em uma praça pública. Assim, sua vida foi construída nesse ambiente e sua relação com a rua se expressa na palavra “sofrimento”. F. tem 41 anos, está há 15 anos na rua e afirmou que a rua para ele dignifica “aprendizado”. L., 34 anos, vive nesse contexto já há 24 anos e representou sua relação com a rua através da palavra “família”.

Em Porto Alegre essa população é eminentemente masculina (85,5%), nasceu na capital ou na região metropolitana da cidade (59,1%) e, em geral, tem mais de 35 anos (61,4%). Daqueles que nasceram em outras cidades, é possível constatar a consolidação de moradia em Porto Alegre, haja vista que 51,1% vivem na cidade há mais de 20 anos (UFRGS, 2017).



Referente às relações familiares, 39,9% dos entrevistados relataram não ter contato com a família há mais de 5 anos, 75,1% afirmaram não possuir outro familiar em situação de rua e 75,9% relataram possuir filhos. Dos homens, 15% disseram ter companheira fixa, ao passo que 59,5% das mulheres afirmaram estar na mesma condição (UFRGS, 2017). As diferenças desse dado dizem respeito à desigualdade de gênero presente na rua que acaba fazendo com que as mulheres optem por permanecer com um mesmo parceiro como forma de proteção ao contexto de extrema violência.

De forma ampla, 25,2% da população entrevistada estão há menos de 1 ano na rua, ao passo que quase metade (47,8%) está há mais de 5 anos na rua e 29,2% têm mais de 10 anos de rua, o que demonstra uma permanência na situação de rua de mais longo prazo (UFRGS, 2017).

As vivências de J., A. A., F. e L. atestam essa informação, pois todos estão na rua há mais de 10 anos. Respectivamente, estão já há 25 anos, 18 anos, 15 anos e 24 anos tendo a rua como moradia.

Figura 5 - Rua há anos



Fonte: a autora (2018).

Figura 6 - A rua como morada



Fonte: a autora (2018).

Os motivos que levam à ida para a rua são os mais diversos, representando a heterogeneidade desse grupo populacional, conforme referido anteriormente. Como principais causas, estão o uso de drogas/alcoolismo próprio (24,9%), os conflitos e/ou maus tratos na família (12,5%), a separação/decepção amorosa (10%) e o desemprego (8,9%), conforme ilustra o quadro abaixo.

Quadro 3 - Motivações para terem ido para a rua

<b>Por que/ como veio para a rua</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Uso de drogas/alcoolismo próprio	112	24,9
Conflitos e/ou maus tratos na família (violência)	56	12,5
Separação/ decepção amorosa	45	10,0
Desemprego	40	8,9
Por causa da morte de algum familiar	33	7,4
Não tem família/ não se sente bem na família	26	5,8
Perda da moradia	23	5,1
Porque gosta/opção	23	5,1
Expulsão de casa	14	3,1
Uso de drogas/ Alcoolismo na família de origem	13	2,9
Endividamento/falta de dinheiro	10	2,3
Sofre ameaças/jurado na comunidade	9	2,0
Saída do Sistema Penitenciário (Prisões)	7	1,6
Porque estava doente	5	1,1
Porque a família está envolvida com o tráfico	4	0,9
Saída da FASE/FEBEM	1	0,2
Outro	28	6,2
<b>Total</b>	<b>449</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016 (N=449).

Ao analisar esses dados, vale ressaltar a centralidade das relações familiares como motivação para ir para a rua. Outra razão é a negação de direitos expressa na ausência de



políticas públicas visto que muitos dos pesquisados indicaram a perda de moradia, a falta de saúde e o desemprego como motivos que levam à rua.

Com relação à família, é importante destacar que a sua centralidade não é somente anterior à ida a rua, como uma motivação que levou a essa situação. As relações familiares também ocupam lugar central na realidade presente na rua, pois muitas pessoas que vivem nessa condição optam por viver em comunidade, que passa a ser a sua família, até por uma questão de segurança e de sobrevivência. É o caso de L., que, ao definir a rua em uma palavra, escolheu a palavra “família”. Para ele, a rua se expressa na relação familiar que ele tem estabelecida com A. S.

Figura 7 - Lar que se constrói na rua



Fonte: a autora (2018).

Figura 8 - Vida em família



Fonte: a autora (2018).

Com relação às condições de permanência na rua, a maior parte da população estudada relatou dormir cotidianamente em lugares de risco e improvisados e com forte exposição ao ambiente natural (52,1%). Apenas um terço dos entrevistados (38,8%) disse pernoitar em espaços institucionalizados, o que demonstra a falta de acesso às políticas públicas voltadas a essa população. Dentre esses espaços institucionalizados, os abrigos são os locais onde os entrevistados dormem com mais frequência (28,8%), seguido dos albergues com 23,3%.



Nesse sentido, a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares coloca-se como um exemplo de local de pernoite e de estadia da população em situação de rua em Porto Alegre. A Ocupação está localizada em um terreno público, pertencente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que estava abandonado, sem cumprir sua função social de propriedade. Lá os ocupantes construíram um espaço coletivo de moradia. Cada um com a sua barraca, e com espaços de uso coletivo, como o banheiro e a cozinha. Por mais que a ocupação seja um local mais fechado e, devido a isso, mais protegido do que estar em uma praça ou em uma marquise, por exemplo, ainda se configura como um espaço com forte exposição ao ambiente natural e ao contexto de violência e insegurança. O que mostra isso é o fato de que houve um assalto na ocupação no mês de maio, no qual foram furtados os mantimentos e alguns pertences dos ocupantes.

Figura 9 - Exposição constante



Fonte: a autora (2018).



Figura 10 - A ocupação como moradia partilhada



Fonte: a autora (2018).



Ao apresentar o perfil da população em situação de rua, é imprescindível realizar um recorte de raça/etnia, tendo em vista que os autodeclarados negros (24,5%) e pardos (12,4%) constituem 36,9% da população, ao passo que os autodeclarados brancos são 34,3%. Esse dado representa a desigualdade racial presente na realidade brasileira, onde a população negra ainda é a maior parte nas populações mais vulneráveis (UFRGS, 2017).

Referente às condições de saúde da população em situação de rua, a pesquisa trouxe o dado de que 58,1% dos entrevistados referem ter problema com “dependência química/álcool”. Em segundo lugar, foi ressaltado o “problema nos dentes” com 47,8% de respostas e, em terceiro lugar, as “dores no corpo” com 43,7% (UFRGS, 2017). Nesse sentido, são percebidas demandas da população de rua do município que precisam ser atendidas pela saúde pública a fim de que essa população tenha um cuidado em saúde garantido.

A grande maioria dos entrevistados (60,6%) respondeu positivamente quando questionados se alguma vez foram vítimas de algum tipo de violência. Dentre essas violências, destaca-se principalmente a expulsão de algum lugar (45%), principalmente de locais e órgãos públicos como ruas, calçadas, praças, parques, marquises e até de equipamentos de saúde. A violência também se expressa no modo de tratamento da população de Porto Alegre para com as pessoas em situação de rua, tendo em vista que os tratamentos negativos (“com desconfiança” - 82,4% e “com medo” - 80,7%) foram mais frequentes que os positivos. Ademais, 79,4% dos entrevistados alegaram serem tratadas com preconceito e 51,8%, “sem respeito” (UFRGS, 2017).

Esses dados demonstram o quanto a violência presente na rua pode fazer com que o fato de viver nesse ambiente seja algo muito cruel. Nessa mesma perspectiva, A. S., definiu viver na rua como “horível”. A. A. corroborou essa ideia ao escolher a palavra “sofrimento” para definir o que é a rua.

Figura 11 - A dura e invisível realidade



Fonte: a autora (2018).

Infelizmente o preconceito é muito presente na relação da sociedade com a população em situação de rua, sendo marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade a essas pessoas.

Os mendigos dormindo nas ruas, em pleno dia, e as pessoas que vão às compras ou ao trabalho passando por cima deles ou evitando-os, é uma imagem emblemática. Os prostrados no solo não são vistos como semelhantes, mas como bichos, espécies distintas. Estão sujos, cheiram mal e são feios. Não são homens ou mulheres, embora um dia talvez o tenham sido. Pedacos perdidos da Humanidade. Invadem as calçadas, incomodam. Os que vão às compras ou ao trabalho sentem-se indiferentes ou incomodados. Procuram não ver, escondem a irritação, o desagrado. Reclamam a si mesmos, no máximo, “desta polícia que não faz nada” ou, os de esquerda, “desta sociedade injusta.” Falam entre si como se no chão, ao lado, não existisse ninguém. Não são homens ou mulheres efetivamente, pois não são assim representados pelos que vão às compras ou ao trabalho. [...]. E talvez já não se sintam também como tais. É como num jogo de espelho invertido: não há reflexo, não há retorno, mas fuga, distanciamento. Exclusão. (BURSZTYN, 2003, p. 56)

Figura 12 - Exclusão



Fonte: a autora (2018).

Nesse sentido, ainda é muito comum que as pessoas em situação de rua sejam responsabilizadas pela situação em que se encontram, a partir de uma compreensão moralizante da situação de rua. Esse tipo de concepção acaba resultando em práticas higienistas e de extrema violência para com essa população, como o massacre da Sé em

2004, em que sete pessoas em situação de rua foram assassinadas e nove foram brutalmente feridas.

Práticas higienistas como estas são antigas na sociedade brasileira e se manifestam de forma diferente em cada momento histórico. No município de Porto Alegre, por exemplo, são muito comuns as remoções das pessoas em situação de rua que moram no viaduto da Avenida Borges de Medeiros, localizado no Centro da cidade. Essas remoções são atos de extrema violência, pois, além de retirarem as pessoas do lugar onde estão, descartam todos os seus pertences, como se fossem lixo. Além disso, ações como essa negam à população em situação de rua o direito ao uso da cidade, garantido pelo Estatuto da Cidade, como “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001).



Figura 13 - Direitos negados



Fonte: a autora (2018).

A caracterização das pessoas em situação de rua apresenta o perfil de uma população que vive uma realidade de extrema precariedade, em que muitos dos direitos mais básicos lhe são negados. Essa realidade de vulnerabilidade está repleta de desigualdades, tidas como expressões da questão social, conforme será abordado na subseção seguinte.

#### **2.4 A situação de rua enquanto expressão da questão social**



Fonte: a autora (2018).

A situação de rua pode ser entendida como uma expressão da questão social, tendo em vista que o fenômeno população em situação de rua “é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho” (SILVA, 2009, p. 27).

Conforme visto na primeira subseção dessa seção, desde a sua gênese a situação de rua vincula-se aos processos inerentes à acumulação do capital, pois a existência de trabalhadores excedentes, que acabam tendo nas ruas um local de moradia e sobrevivência, é uma condição intrínseca ao modo de produção capitalista, que amplia a sua acumulação de capital às custas do aumento dessa população.

Ademais, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, apresentados anteriormente como características que definem a população em situação de rua, também são expressões da questão social vivenciadas por esses sujeitos. Ainda se somam a isso o desemprego, a violência, a dependência química, o preconceito e tantas outras expressões da questão social presentes na realidade da rua.

O/a assistente social atua junto à população em situação de rua, intervindo nessas e em outras expressões da questão social presentes em sua realidade. Tais manifestações da questão social são definidas enquanto objeto de intervenção profissional (IAMAMOTO, 2004) conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS-CEDEPS, 1996). Estas dizem respeito

[...] ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais (IAMAMOTO, 2008, p. 17).

De acordo com Netto (2001), a primeira expressão da questão social resulta do pauperismo decorrente dos impactos da primeira onda industrializante na Inglaterra no final do século XVIII. Este pauperismo massivo da classe trabalhadora se expressou enquanto o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. É nesse contexto que a questão social surge como consequência direta da sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Dessa forma, entende-se que a questão social tem seu núcleo essencialmente fundado na lei geral de acumulação capitalista, tendo, portanto, sua gênese explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital (SANTOS, 2012).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2001, p. 45)

Contudo, é preciso ressaltar as particularidades da questão social no contexto brasileiro, expressas principalmente pela constituição de um capitalismo retardatário no país,



diferente dos países cêntricos. Dentre essas especificidades, destaca-se o regime de trabalho com baixa proteção social, pautado na flexibilidade das relações de trabalho e na precariedade estrutural do mercado de trabalho, além dos elevados índices de rotatividade e de desemprego (SANTOS, 2012).

Atualmente há um acirramento das expressões da questão social vivenciadas pela população em situação de rua em face das mudanças no mundo do trabalho. Tais mudanças advêm da reestruturação produtiva que gera o aprofundamento do desemprego e o aumento da precarização do trabalho, resultando em uma expansão da superpopulação relativa e consequente aumento dos níveis de pobreza (SILVA, 2009). É nesse contexto que crescem os números de pessoas que fazem das ruas o seu espaço de moradia e/ou sobrevivência. O resultado do último censo da população em situação de rua de Porto Alegre (UFRGS, 2016) corrobora essa análise uma vez que o número total de adultos em situação de rua encontrados em Porto Alegre no período da pesquisa, 2115 pessoas, representa um aumento de 57% desta população, se comparado com o último censo realizado em 2011 no mesmo município.

Dentre as principais expressões da questão social vivenciadas pela população em situação de rua, destacam-se a pobreza e as violações de direitos humanos. A pobreza é um produto necessário ao modo de produção capitalista, o qual, como um sistema social de produção de valores, tem como resultado do seu próprio desenvolvimento a acumulação de capital por um lado e a pauperização por outro (SIQUEIRA, 2013). Essa pauperização é uma expressão da desigualdade social e não se manifesta somente na escassez no sentido econômico, pois essa desigualdade é também política, econômica e cultural. Yazbek (2012) aborda a pobreza como

uma das manifestações da questão social e dessa forma, como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social. Assim sendo, a pobreza, expressão direta das relações sociais, não se reduz às privações materiais (p. 289-290).

Dessa forma, é possível verificar o papel central da pobreza nas condições de vida da população em situação de rua, pois, a partir dela, resultam as demais violações de direitos



vivenciadas por essa população. Nesse sentido, a rua se coloca como palco para as mais variadas violações de direitos humanos, a partir da constatação de que nesse espaço é negada para a população em situação de rua a satisfação de necessidades humanas básicas.

Figura 14 - Desigualdade



Fonte: a autora (2018).

Contudo, as expressões da questão social presentes na realidade na população em situação de rua possuem caráter contraditório, pois caracterizam o movimento dialético da realidade. Por um lado, expressam as desigualdades advindas da contradição capital e trabalho; por outro, manifestam-se através da luta e resistência dessa população, tendo em vista que esse “processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 17).

Diante dessas reflexões, entende-se a relação intrínseca do modo de produção capitalista com o surgimento e a manutenção da situação de rua, pois a existência do pauperismo se coloca como uma condição de existência da produção capitalista e do próprio desenvolvimento da riqueza, conforme afirmado anteriormente. Nessa perspectiva, o trabalho possui centralidade na compreensão da população em situação de rua na sociedade capitalista, por esta ser composta por trabalhadores excedentes ao mercado de trabalho. Essa exclusão econômica, por sua vez, resulta em exclusões em outros âmbitos da vida em sociedade, destacando-se fortemente na marginalização social, política e cultural, as quais se expressam nas inúmeras expressões da questão social presentes na realidade da rua.

Contudo, a rua não é composta somente por esses elementos, sendo necessário, portanto, compreender a heterogeneidade desse grupo populacional. São inúmeras as características e especificidades presentes na rua, conforme apresentado na subseção anterior. A partir dessas especificidades é que surgem a organização e a mobilização social dessa

população, que devem ser destacadas uma vez que as expressões da questão social vivenciadas por esses sujeitos também se manifestam nas formas de resistir a todo esse contexto adverso da realidade da rua.

Diante de tudo isso, o tema que se passa a discutir na próxima seção é a organização e mobilização da população de rua, a partir da experiência do Movimento Nacional de População de Rua de Porto Alegre (RS).

### 3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA/MNPR



Fonte: a autora (2018).

Após a compreensão das determinações da situação de rua enquanto expressão da questão social, apresentada na primeira seção, esta segunda seção visa identificar o processo de organização e mobilização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em Porto Alegre, além de refletir acerca das possibilidades de trabalho do Serviço Social junto ao MNPR de Porto Alegre.

Para isso, será realizada uma conceituação teórica a respeito dos movimentos sociais e suas especificidades no contexto brasileiro, apresentando a trajetória histórica percorrida pelos principais movimentos no Brasil até o início do século XXI, discutida principalmente por autores como Gohn (2011; 2017), Montañó e Duriguetto (2011) e Scherer-Warren (1989).

Esta seção busca também apresentar o MNPR, movimento social protagonizado pela população em situação de rua que luta contra a violação de seus direitos econômicos, sociais, civis e culturais (MNPR, 2010). Este movimento será caracterizado nesta seção a partir de seu surgimento e de suas principais pautas de luta a nível nacional. Em seguida, serão trazidas as especificidades dessa organização no município de Porto Alegre através da exposição acerca da organização, participação e produção de autonomia dos militantes do MNPR de Porto Alegre.

### **3.1 Trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil**

As contradições fundantes do modo de produção capitalista geram uma série de desigualdades, tanto na esfera produtiva como na de consumo. Essas desigualdades, por sua vez, acabam resultando em diferentes formas de organização da classe trabalhadora a fim de modificar ou superar a ordem social vigente. Essas organizações se manifestam por meio das mobilizações e lutas sociais que representam um processo de disputa pela hegemonia ideológica e política na sociedade civil.

Nesse sentido, a noção de movimentos sociais compreende a disputa por projetos societários antagônicos aos presentes de forma hegemônica na sociedade. Em uma sociedade capitalista, os movimentos sociais são expressões da luta entre as classes sociais, orientados pelo projeto societário da classe trabalhadora (PEREIRA, 2014).

Essas organizações, expressas em diferentes movimentos sociais, marcam de forma significativa a história do Brasil. No entanto, antes de apresentar a trajetória histórica dessas organizações no país, é preciso inicialmente abordar o conceito de movimentos sociais, o qual é composto por uma heterogeneidade de definições, conceituados a partir de diferentes períodos históricos. A concepção hegemônica no Serviço Social brasileiro estabelece que

"movimento social caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização" (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Essa organização pressupõe a existência de um grupo de pessoas, sendo, portanto, um movimento coletivo, o qual é

[...] conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/ necessidade/ reivindicação/ pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões - o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Esses sujeitos que se organizam em diferentes movimentos sociais compõem grupos considerados subordinados socialmente. Estes se organizam em movimentos sociais como forma de contra-opressão às diversas formas de opressões econômica, política, cultural, ideológica, psicológica sofridas por esses sujeitos.

A contra-opressão pode se expressar de várias formas: lutas mais violentas ou menos violentas, reivindicações, pressões, apatia ou mesmo alienação. Temos, portanto, formas ativas e formas passivas de contra-opressão. Contudo, a busca da libertação exige um agir ativo. Quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social (SCHERER-WARRER, 1989, p. 9).

Pode-se definir movimento social como um coletivo estruturado que possui opositores, identidades coesas e determinados projetos de sociedade ou de resolução aos problemas sociais que demanda. Além disso, a estrutura presente nesse tipo de organização se expressa também na existência definida de liderança, bases e assessorias em sua organização. Com relação aos membros do movimento social, é preciso pontuar que estes são militantes de uma causa, tendo laços de pertencimento e identidade como grupo (GOHN, 2017).

Os movimentos sociais, em termos de conceituação, dividem-se principalmente nos movimentos sociais clássicos (movimento sindical ou de classe) e nos denominados novos movimentos sociais (NMS) (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

O movimento sindical, também denominado operário ou de classe, tem relevância nas lutas a partir do século XIX em diante, e possui como principais características a centralidade da condição de classe dos seus membros e a busca pelo enfrentamento ao capital para o objetivo imediato de diminuir e/ou regulamentar a exploração da força de trabalho. Dessa forma, os movimentos sindicais desenvolvem seus processos de luta de classes, particularmente no interior do âmbito da esfera produtiva, tendo como mote o questionamento

acerca da contradição capital-trabalho. Possuem, à vista disso, uma determinação central de suas lutas na dimensão econômico-política e atuam principalmente por meio de greves, paralisações, ocupações dos espaços de trabalho, etc. Além disso, o movimento sindical caracteriza-se pela clareza de visualização de seu inimigo: a classe burguesa, e da causa de sua condição: a exploração da força de trabalho e a extração de mais-valia (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Já os novos movimentos sociais surgem em meados do século XX, tendo como principal período de expansão e protagonismo as décadas de 1960, 1970 e 1980. Esses movimentos colocam-se como um complemento e uma alternativa aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda. Segundo a perspectiva de autores marxistas, os NMS têm como sua principal característica a configuração a partir dos desdobramentos da questão social, sendo, portanto, oriundos das desigualdades geradas na esfera produtiva. Diferente do movimento sindical, os NMS não apresentam, em geral, uma clara visualização de seus inimigos, mas identificam o Estado como alvo de demandas e pressões. Como objetivos de luta desses movimentos destacam-se o acesso ao consumo de bens e serviços, e não mais a exploração da força de trabalho, como nos movimentos sindicais, além da defesa de direitos humanos, políticos e sociais e a transformação da ordem (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Manuel Castells, Jean Lojkin e Alain Touraine<sup>3</sup> são os três principais teóricos mais importantes no debate sobre os novos movimentos sociais que embasam os autores brasileiros como Gohn (2011; 2017), Scherer-Warren (1989) e Braz (2012). É preciso ressaltar a preferência dada no presente trabalho para a conceituação apresentada pelos autores brasileiros, a fim de considerar as especificidades dos aspectos da formação social e econômica brasileira.

Os novos movimentos sociais no Brasil, que surgiram no final da década de 1970 e 1980, tinham como eixo central de sua organização a identidade cultural. Essa identidade dizia respeito ao ser mulher, ser negro, ser jovem, ser morador da periferia, trazendo destaque às questões de gênero, etnia, culturais, ambientalistas, etc. Além dos movimentos centrados nessas questões, havia também o forte papel dos movimentos populares de demandas sociais urbanas (transportes, saúde, lazer, creches, moradia, etc). Ademais, esses novos movimentos buscavam uma estrutura mais horizontal e flexível do que a que constitui os movimentos

---

<sup>3</sup>O paradigma europeu, o qual é histórico-crítico, fundamenta a perspectiva dos estudiosos brasileiros sobre os novos movimentos sociais. De uma forma geral, Castells (1980), Lojkin (1981) e Touraine (1970; 1989) analisam a ampliação das lutas sociais nesses movimentos, expressas principalmente na esfera social e política, não se restringindo somente à esfera produtiva.

sindicais, compostos por estruturas rígidas e estruturas organizacionais centralizadas, focalizadas em líderes ou lideranças (GOHN, 2017).

A partir do final dos anos de 1970, esses novos movimentos passaram a articular-se em redes, junto com ONGs (Organizações não governamentais) e com programas e projetos de parceria criados pelas administrações públicas, principalmente nos processos participativos institucionalizados a partir da Constituição de 1988. Nessa época, portanto, são incorporados novos elementos na organização desses movimentos, em que “a identidade cultural persiste, mas dentro de uma nova cultura política - a da inclusão às políticas sociais” (GOHN, 2017, p.21).

Também são apresentadas as seguintes características como componentes centrais desses novos movimentos sociais:

seu campo de mobilização e as questões de suas lutas situam-se geralmente fora da esfera imediata do trabalho e da produção, e seus protagonistas mantêm, em geral, uma relação de indiferença, ou mesmo de hostilidade em relação às formas organizacionais e às referências políticas e ideológicas do movimento operário, os de orientação social-democrata ou os de orientação pró-soviética (por terem se preocupado apenas com problemas relativos à troca e ao uso da força de trabalho nos limites da relação salarial e/ou questão de classe); esses novos movimentos sociais também, em geral, possuíam uma postura “antiEstado” e “antipartidos políticos” (BIHR, 1998, p. 152 *apud* MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 266).

Apesar de não colocarem diretamente em questão as relações sociais capitalistas e as condições imediatas de sua reprodução, esses movimentos deram visibilidade às questões relacionadas às diferentes identidades culturais de grupos socialmente oprimidos, além das referentes à esfera da reprodução social. Dessa forma, a principal contribuição dos NMS está na possibilidade de evidenciar o quanto as condições da reprodução do capital ultrapassam o movimento econômico e se estendem à totalidade das condições sociais de existência (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

É importante ressaltar que o adjetivo “novo” presente nos NMS não representa um novo conceito e teoria acerca dos movimentos sociais, mas, sim, diz respeito a um novo momento histórico de organização e mobilização social. Por estarem inseridos em um diferente contexto histórico dos movimentos sociais clássicos, os NMS possuem diferentes enfoques das lutas, consideradas “novas” se comparadas com as anteriores do movimento sindical. Faz-se necessário apontar algumas considerações acerca da utilização do termo “novo”, pois essa concepção parte do pressuposto de que os antigos movimentos, os movimentos clássicos, foram “superados” ou “ultrapassados”. Nessa perspectiva, nega-se a centralidade da luta de classes no campo dos movimentos sociais, ao passo que nesses novos



movimentos sociais procuram-se “‘novos sujeitos’, ‘novas potencialidades transformadoras’ que teriam supostamente deslocado o fulcro das lutas de classes acabaram por, na ânsia de encontrar alternativas à mudança social, vivenciar todo tipo de ecletismo” (BRAZ, 2012, p. 129).

Os fatores determinantes que proporcionaram a caracterização desses movimentos enquanto “novos”, são os seguintes:

as manifestações da contracultura, a crítica às consequências do desenvolvimento do capitalismo nos países avançados, principalmente a crítica ao consumismo e ao individualismo; a crítica aos métodos da chamada “esquerda tradicional”, identificada no marxismo-leninismo (BRAZ, 2012, p.116).

Nesse sentido, o mesmo autor identifica dois componentes centrais que aparecem como denominadores comuns do debate teórico acerca dos NMS, divergindo dos autores marxistas: o deslocamento das lutas sociais da esfera da produção para a esfera da reprodução, principalmente vinculado aos processos de consumo coletivo, e a ênfase da esfera política (BRAZ, 2012).

Ao falar sobre movimentos sociais no Brasil, é preciso mencionar a forte presença dos movimentos sindicais e trabalhistas na história do país. No contexto mundial, é a partir da década de 1860 que se inicia um largo processo de retomada da organização e lutas dos trabalhadores, tendo como marco a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), reunindo membros de todos os países da Europa e também dos Estados Unidos (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

O movimento sindical no cenário brasileiro surge no contexto de industrialização crescente no país, especificamente, no período da República Velha (1889-1930), em que há a constituição não somente do movimento operário, mas também da própria classe trabalhadora. No ano de 1900, havia em torno de 85 mil operários, número que chegou a 275 mil no final da República Velha (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

Nesse contexto, a primeira regulação da vida associativa operária ocorreu em 1907 com a promulgação de um decreto que criou o direito de associação sindical para todas as profissões. O desenvolvimento crescente da organização dos trabalhadores ocorreu devido à ausência de condições mínimas para o trabalho e para a vida dos operários da época.

O impulso para as lutas advinha das péssimas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, com jornadas de trabalho sem limite, sem descanso semanal remunerado, aposentadoria, férias, salário mínimo, miserabilidade nos locais e



condições de moradia dos bairros operários, etc (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2010, p. 234).

O período entre 1917 e 1920 foi marcado por diversas greves operárias no país, decorridas da queda dos salários produzida pela crise econômica no pós-guerra. Com a mesma intensidade em que ocorreram essas lutas organizadas, o Estado reprimia através do fechamento de sindicatos e da prisão de operários e militantes. Além da repressão, o Estado investia na cooptação e no controle de setores do operariado e dos sindicatos, ampliando a sua influência nos sindicatos e controlando o movimento operário. Exemplo disso são as criações em 1921 do Conselho Nacional do Trabalho, em 1930 do Ministério do Trabalho e em 1931 da Lei da Sindicalização. Com a política trabalhista de Vargas, muitas organizações sindicais perderam o seu caráter de luta, passando a serem “organizações que buscavam favores e recursos junto à burocracia estatal. Os sindicatos oficiais passaram a ser os espaços dos ‘pelegos’ e de ações assistenciais” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 238).

No período anterior à ditadura, mais especificamente entre os anos de 1961 e 1964, diversas organizações tiveram ascensão. Tendo como principal pauta de luta as reformas de base (reforma agrária, tributária, bancária, urbana, política e universitária, de cunho democrático e nacionalista), o movimento sindical, os movimentos no campo e o movimento estudantil organizaram centenas de greve. A sociedade brasileira vivenciou nesse período um forte processo democrático, expresso na luta desses setores da sociedade, somado aos movimentos católicos estudantis e aos movimentos de cristãos progressistas, por um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, buscando uma “ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado” (NETTO, 1991, p. 23).

Esse processo de lutas por projetos nacionais-populares e democráticos foi interrompido brutalmente com a instauração do golpe militar em 1964 por meio da implementação de ações sociopolíticas antidemocráticas que reverteram o processo de democratização que estava em curso (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011). Com o advento da ditadura militar em 1964, o movimento dos trabalhadores também foi enfraquecido, principalmente através da implantação de legislações de controle de greves e do fechamento dos sindicatos, somadas à forte repressão estatal. No entanto, havia setores das entidades sindicais que permaneciam ativos de forma clandestina e que promoviam operações-tartaruga e diversos movimentos grevistas de pequena duração. É no final dos anos de 1970, ainda no contexto de regime militar, que as organizações sindicais retomam seus processos de luta de forma mais intensa (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

A conjuntura de intensa repressão por parte do Estado não impediu que diversos movimentos de resistência se formassem, tendo como marco o ano de 1968, no qual ocorreram as lutas dos secundaristas e dos estudantes do restaurante Calabouço. Após o assassinato do estudante secundarista Edson Luís, o movimento estudantil entrou em ebulição crescente em todo o país, resultando na maior mobilização popular contra a ditadura militar, em junho do mesmo ano, a Passeata dos Cem Mil (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Nas décadas de 1960 e 1970, a luta armada passou a ser defendida por vários setores da esquerda por meio da organização de grupos de guerrilhas em zonas urbanas e rurais. No entanto, essas organizações foram derrotadas pela ditadura militar, dando lugar para a ação política, legal ou clandestina (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

No final da década de 1970, ocorreram inúmeras ações de contestação e de protesto, passeatas, greves, atos públicos, bloqueios de rua, acampamentos em frente a órgãos públicos, abaixo-assinados, coordenados por organizações estudantis, populares e operárias. Nesse sentido, foi importante também a participação das camadas médias urbanas nessas ações, compostas por intelectuais, artistas, setores progressistas da igreja, entre outros. O ponto em comum que os unia em organizações era a luta pelas liberdades democráticas e o consequente fim dos governos militares (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Nos anos 1970, essas organizações adquiriram mais força, tendo como exemplo os movimentos populares de bairro, os quais se organizavam localmente nos clubes de mães, nos grupos de jovens, de mulheres, nas Pastorais Populares das igrejas, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas associações de moradores. Estas últimas formalizam sua organização com o surgimento do movimento de Associações de Moradores e/ou Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), o qual desenvolveu diversas lutas no âmbito dos bens de consumo coletivo, como moradia, serviços de infraestrutura como saneamento básico e equipamentos sociais para os bairros (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 1975, foi fundamental para a emergência dos movimentos sociais no campo. Um desses movimentos, que pode ser considerado um dos movimentos sociais de maior expressão na realidade brasileira e um dos de maior relevância na América Latina é o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), criado no ano de 1984. O MST está organizado em 23 estados brasileiros e tem como principal pauta de luta a reforma agrária, a qual é entendida como necessária frente ao atual modelo de desenvolvimento capitalista que produz a concentração da propriedade da terra na mão de poucos. O movimento volta-se às pautas relativas ao trabalhador do campo e atua politicamente através de assentamentos, cooperativas e associações coletivas e semicoletivas.

É referência central dos principais órgãos internacionais que reúnem organizações camponesas, como a Via Campesina, e tem importante papel de publicizar e politizar o tema da questão agrária no país. O MST também articula-se com movimentos sociais urbanos como o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

Dessa forma, nos anos 1980 houve expressividade do movimento sindical urbano e rural no Brasil, demonstrada principalmente na eclosão das greves nacionais dirigidas contra a política econômica dos governos, a favor da reforma agrária e pela suspensão dos pagamentos da dívida externa. É também nesse período que há uma significativa expansão do número de sindicatos (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Como marco das mobilizações pela redemocratização do país, ocorreu nos anos de 1983 e 1984 o movimento de “Diretas já”, tido como um dos maiores movimentos de massa que o Brasil já teve. Como resultado desse movimento, alguns anos depois, em 1989, foi realizada a primeira eleição direta para presidente, em que Collor foi eleito.

Com a abertura democrática nos anos 1990 as políticas de ajuste neoliberal foram implementadas no Brasil, tendo como principais implicações na realidade brasileira “o acirramento das desigualdades, da desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e do agravamento da questão social” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 244). Nesse contexto foi vivenciada uma crise do sindicalismo, na qual as organizações sindicais passaram a representar um sindicalismo de negociação e não mais de enfrentamento direto.

Essa crise não se restringiu ao movimento sindical, pois, nos primeiros anos da década de 1990, houve também um enfraquecimento nos demais movimentos sociais urbanos, pois foi reduzida parte do poder de pressão direta que estes haviam conquistados nos anos de 1980 (GOHN, 2011). Esse enfraquecimento é chamado de “crise dos movimentos sociais urbanos”, contudo, “não se tratava do desaparecimento deles, nem do seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos relevantes, mas, sim, uma rearticulação interna e externa de seu papel na sociedade” (GOHN, 2011, p. 217). A crise, na realidade, foi vivenciada no país como um todo, expressa no desmonte de políticas sociais públicas de caráter universal e na implantação das políticas neoliberais. Nesse sentido, os movimentos apenas refletiram essa nova conjuntura, pois foi necessário adaptar-se às mudanças em curso no país de forma a posicionar os sujeitos e agentes sociopolíticos frente às novas políticas públicas (GOHN, 2011).

A partir de 1995, novas pautas foram introduzidas pelos movimentos sociais brasileiros segundo as diretrizes de orientação das agências internacionais de fomento para as políticas sociais. Entre essas pautas destacam-se

a de trabalhar com os setores tidos como excluídos e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, subdivididos segundo as questões de gênero, etnia, idade etc. As dificuldades de obter apoio para manter estruturas mínimas, ou a necessidade de reorientar suas ações no novo cenário em função de novas diretrizes e regras da cooperação internacional não deixavam sobra de tempo para as lideranças se articularem com a população (GOHN, 2011, p. 219).

Em 1999 foi promulgada a Lei nº 9.790 (1999), tida como marco legal para o terceiro setor, pois dispunha acerca das Organizações da Sociedade Civil de Direito Público (Oscip). Nesse contexto surge o denominado novo associativismo civil, onde muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs já existentes. Surgiu, dessa forma, uma nova forma de organização social no meio popular, que se estruturou não mais por movimentos de demandas, mas por projetos sociais de instituições cadastradas, onde os militantes dos movimentos sociais passaram a ser ativistas organizadores das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2011).

Na segunda metade da década de 1990, no âmbito internacional, surgiram movimentos “anti” ou “alterglobalização”, os quais são denominados como movimentos transnacionais, pois englobam atuação em diferentes países. No Brasil, como reflexo desse contexto internacional, há a realização do I Fórum Social Mundial (FSM) em 2001 no município de Porto Alegre. É também no final dos anos 1990 que o MST tornou-se um marco referencial das mobilizações de protesto no país, devido ao acirramento do conflito no campo. O MST, em razão de sua importante atuação política na conjuntura nacional, chegou a ganhar atenção na mídia internacional nesse período (GOHN, 2011).

Nos anos 2000, os movimentos apresentaram novas configurações, pois as políticas neoliberais desorganizaram os antigos movimentos e propiciaram o surgimento de novos atores políticos que passaram a se organizar em ONGs, associações e organizações do terceiro setor (GOHN, 2011). Nesse período o governo priorizou os processos de inclusão social de setores e camadas tidas como vulneráveis ou excluídas da sociedade, a partir da cooptação desses sujeitos políticos que se organizavam em movimentos sociais para inseri-los em políticas sociais institucionalizadas. As identidades políticas desses sujeitos foram transformadas em Políticas de Identidade, as quais foram “pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias de Estado em

parceria com organizações civis - ONGs -, a maioria, delas criada após 2000” (GOHN, 2011, p. 226). A inversão da ordem dos termos “identidade política” e “política de identidade” alterou o sentido da ação social coletiva dos movimentos sociais, representando, assim, uma despolitização das lutas sociais a partir dessa captação.

É preciso também destacar a diversidade de movimentos sociais presentes no trajetória histórica brasileira expressa nos movimentos indígena, negro, feminista e de liberdade sexual, os quais surgiram ao longo do século XIX e XX. Além dessas organizações, os movimentos de reivindicações e lutas em torno de bens e equipamentos coletivos também tiveram importante atuação no país nesse período (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

As primeiras expressões do movimento negro no Brasil datam do final do século XIX com a criação da Frente Negra Brasileira, criada em 1931 e extinta em 1937 com o Estado Novo. Essa organização tinha como pautas de luta o combate à discriminação racial e o estabelecimento de condições mais justas de acesso da população negra ao mercado de trabalho (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011). O fechamento da Frente não impediu a atuação política do movimento negro, que teve a criação nos anos 70 de inúmeras entidades em todo o país, culminando com a criação do Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial (MNU), em 1978. Uma das principais conquistas do MNU foi o estabelecimento do dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como o “Dia Nacional da Consciência Negra” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

As primeiras mobilizações de mulheres no Brasil ocorreram nas primeiras décadas do século XX através da participação feminina nos movimentos operários e em suas greves por melhores condições de trabalho e diminuição da jornada. Destaca-se a criação do Partido Republicano Feminista, em 1910, com a finalidade de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio universal, e da Associação Feminista, que teve importante atuação nas greves operárias de 1918 em São Paulo. Nos anos de 1977 e 1978, houve uma aproximação do movimento feminista com o movimento operário, expressa nos primeiros encontros de mulheres trabalhadoras. Dentro do movimento, há diferentes perspectivas e correntes, porém, há certas bandeiras históricas de luta que unificam todo o movimento feminista, como o direito ao aborto legal e seguro, a luta por autonomia sobre o corpo e a vida e a luta contra todas as formas de violência de gênero. É importante ressaltar o ano de 2000 como um momento histórico para o movimento de mulheres a partir da criação da Marcha Mundial de Mulheres (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

O movimento estudantil no Brasil teve na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano de 1937, o seu principal marco. O reconhecimento da UNE como entidade

máxima de organização estudantil potencializou o movimento, possibilitando a articulação dos estudantes a nível nacional. A UNE teve expressiva atuação no regime militar e, devido a isso, foi alvo de forte repressão por parte do governo, o que acabou desarticulando a entidade. Em 1975 o movimento estudantil, de forma autônoma, retomou as suas lutas, por meio de ocupações de reitorias, passeata e greves pelo retorno do Estado democrático de direito.

Nas ações mais específicas, empreenderam lutas por melhorias e gratuidade do ensino, liberdade de organização estudantil, aumento das verbas para a educação, mobilizações contra o ensino pago e o aumento abusivo das mensalidades nas universidades privadas. Sua entidade máxima, a UNE, foi reorganizada em 1979 (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 288-289).

Outras importantes mobilizações presentes no contexto brasileiro foram os movimentos pela liberdade de orientação sexual expressos na organização dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e transgêneros (LGBT). No Brasil as organizações e lutas desse movimento surgiram no final dos anos 1970 com a entidade “Somos”, como primeiro grupo homossexual brasileiro. Em 1995 ocorreu a primeira Parada do Orgulho Gay no Rio de Janeiro tida como a principal manifestação dos movimentos LGBT no Brasil. Como pautas dessa luta estavam o reconhecimento legal de direitos civis relativos à conjugalidade, parentalidade, proteção física e contra a discriminação LGBT. Ressalta-se a organização dentro do movimento LGBT de movimentos específicos, como da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003, que tem como pautas o debate sobre a sexualidade, a saúde e o combate à violência contra mulheres lésbicas. O surgimento da Liga foi fruto do I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) organizado em 1996 por integrantes lésbicas do movimento LGBT (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

De forma ampla, Gohn (2011) classifica em três categorias os principais movimentos sociais da primeira década do século XXI no Brasil. A primeira categoria é composta pelos movimentos identitários, que lutam por direitos políticos, econômicos, culturais e sociais. São os denominados “novos movimentos sociais”, anteriormente apresentados, os quais representam os segmentos sociais excluídos e se expressam na luta das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos portadores de necessidades especiais, dos grupos geracionais (jovens, idosos), entre outros. Esse tipo de movimento tem crescido cada vez mais no país, e muitos têm sido cooptados pelas políticas sociais governamentais dos últimos anos.

A segunda categoria é a dos movimentos de reivindicações e lutas em torno de bens e equipamentos coletivos necessários à reprodução da força de trabalho. Estes movimentos reivindicam melhores condições de vida e de trabalho no plano urbano e rural e têm como

pauta de luta as reivindicações referentes à terra, à moradia, à alimentação, à educação, à saúde, ao transporte, ao lazer, etc. Dentre as principais demandas desses movimentos, estão a habitação, o transporte e a saúde. Como exemplo desses movimentos há o MST, os movimentos nacionais de atingidos por barragens e hidroelétricas, os movimentos pela educação, os movimentos de bairro, além do movimento popular de saúde e dos movimentos pelo transporte (GOHN, 2011).

Já a terceira e última categoria é expressa nos movimentos globais ou transnacionais, a exemplo do Fórum Social Mundial. Essas organizações atuam em redes sociopolíticas e culturais através de fóruns, plenários, colegiados e conselhos, e possuem como reivindicação os novos conflitos sociais, as lutas e demandas étnicas e até lutas religiosas de diferentes seitas e crenças. Essas lutas são responsáveis pela internacionalização de muitos movimentos sociais, regionais e nacionais, por meio da utilização de meios de informação como a internet como principal rede de comunicação (GOHN, 2011).

Ao longo da trajetória de atuação política dos diferentes movimentos sociais brasileiros, é possível aferir que estes refletem as modificações estruturais da sociedade brasileira, representando, assim, os diferentes interesses em disputa na conjuntura do país. Relacionam-se, portanto, de forma direta com o Estado e suas políticas e com os demais atores sociais presentes no país.

### **3.2 O Movimento Nacional da População de Rua: a rua como morada e como resistência**



Fonte: a autora (2018).

Desde 1960 já havia iniciativas de mobilização da população em situação de rua em algumas cidades brasileiras. Nos anos seguintes, por meio do apoio de outras organizações sociais, pessoas em situação de rua participaram de manifestações por melhores condições de vida e por políticas públicas (MNPR, 2010). Nesse contexto, deu-se início à organização coletiva da população em situação de rua, mais especificamente da parcela que trabalhava na catação de material reciclável, formando as primeiras associações e cooperativas de catadores, que posteriormente foram organizadas no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Esse movimento surgiu no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília no ano de 2001, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras (MNCR, 2011).

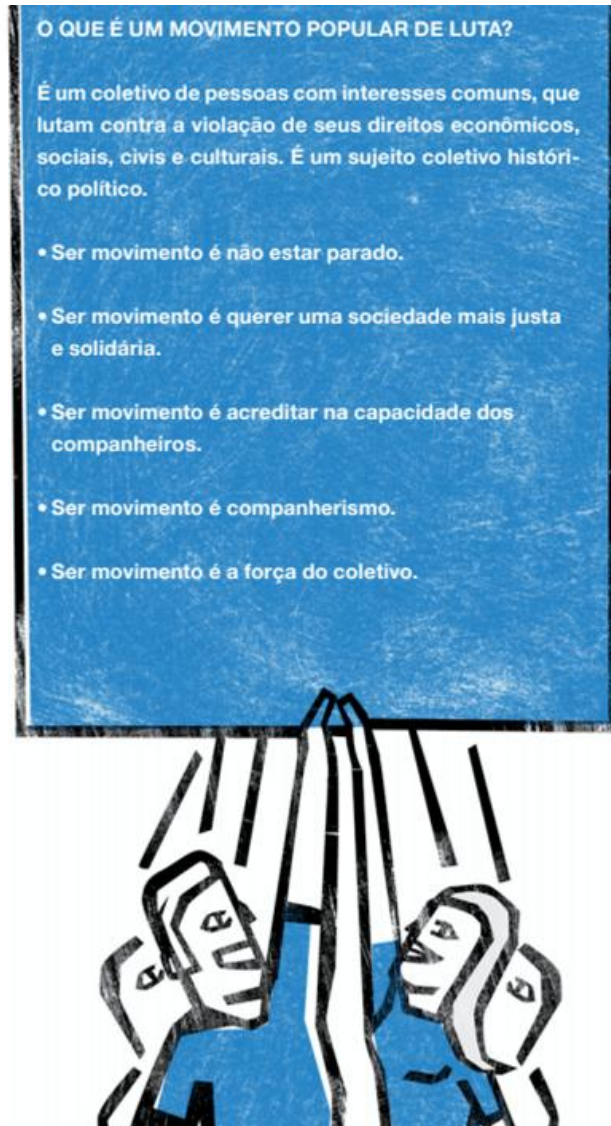
No final dos anos de 1990 e até o início dos anos 2000, ocorreram diversas mobilizações da população em situação de rua que deram visibilidade às condições de vida presentes na rua (MNPR, 2010). A partir de então, parcerias foram se consolidando por meio de fóruns de debate, de manifestações públicas e de participações das pessoas em situação de rua nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento. Em 2004, após o episódio da chacina da Praça de Sé, no qual quinze pessoas em situação de rua foram brutalmente agredidas, foi iniciada a mobilização para consolidar o atual Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), protagonizado por grupos de pessoas em situação de rua de São Paulo e Belo Horizonte (MNPR, 2010).

No 4º Festival Lixo e Cidadania, realizado no ano de 2005 na cidade de Belo Horizonte, foi lançado oficialmente o MNPR, por meio da participação no evento de pessoas em situação de Belo Horizonte que mobilizaram companheiros do Rio de Janeiro, de São Paulo, Bahia e Cuiabá. Esse movimento emergiu como uma expressão da participação organizada da população em situação de rua em várias cidades brasileiras e “surgiu para enfrentar os riscos na rua, [...] para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana” (MNPR, 2010, p. 28).

De acordo com a principal cartilha de formação política do MNPR, a cartilha Conhecer para Lutar (2010), essa organização se define enquanto movimento popular de luta e sujeito coletivo histórico político, constituído por um “coletivo de pessoas com interesses comuns, que lutam contra a violação de seus direitos econômicos, sociais, civis e culturais” (p. 26). A imagem abaixo representa as definições apresentadas pelo MNPR sobre o significado de ser um movimento social.



Figura 15 - Definição de movimento popular de luta pelo MNPR



Fonte: MNPR (2010).

A democracia, a valorização do coletivo, a ética, a solidariedade e o trabalho de base se colocam como princípios que orientam a organização e a prática política do movimento (MNPR, 2010). As bandeiras de luta do MNPR são “o resgate da cidadania por meio do trabalho digno; salários suficientes para o sustento; moradia digna; atendimento à saúde” (MNPR, 2010, p.30), conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 4 – Estrutura do MNPR

<b>MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA</b>		
<b>Definição</b>	<b>Princípios</b>	<b>Bandeiras de luta</b>
Coletivo de pessoas com interesses comuns, que lutam contra a violação de seus direitos econômicos, sociais, civis e culturais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Democracia;</li> <li>● Valorização do coletivo;</li> <li>● Solidariedade;</li> <li>● Ética;</li> <li>● Trabalho de base.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Resgate da cidadania por meio do trabalho digno;</li> <li>● Salários suficientes para o sustento;</li> <li>● Moradia digna;</li> <li>● Atendimento à saúde.</li> </ul>

Fonte: a autora (2018).

Um dos primeiros avanços da luta do MNPR foi a participação, no ano de 2008, de um dos integrantes do movimento como representante no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Vale ressaltar que esse momento foi histórico, pois foi o primeiro representante de um movimento popular eleito para ocupar uma cadeira no CNAS (MNPR, 2010).

Outra importante conquista das mobilizações do MNPR foi a implantação, em 2009, da Política Nacional da População em Situação de Rua no Brasil<sup>4</sup>. Além da contribuição na sua implantação, o MNPR tem um papel atuante no monitoramento e avaliação desta política, expresso no espaço do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da política (MNPR, 2010)<sup>5</sup>.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua foi fruto de um processo de construções coletivas do MNPR junto a representantes de governos municipais, organizações sociais, pessoas em situação de rua e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os quais se reuniram no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua no ano de 2005, em Brasília (DF), a fim de traçar os desafios e definir estratégias para a construção de políticas públicas (MNPR, 2010). No ano seguinte, em 2006, o então presidente da República, Luiz Inácio da Silva, criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)

<sup>4</sup> Essa política tem como um dos principais objetivos assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro das pessoas em situação de rua aos serviços e programas que integram as políticas públicas (BRASIL, 2009).

<sup>5</sup> Esse comitê gestor intersetorial tem como papel elaborar, acompanhar e monitorar os Planos de Ação para a População em Situação de Rua, além de buscar a concretização de uma "gestão integrada co-responsável pela atenção integral aos cidadãos." (BRASIL, 2011, p.19) Esses comitês devem contar com representações das áreas de políticas públicas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua - essencialmente a política de Assistência Social, de Saúde, de Habitação, Trabalho e Renda, de Educação e de Segurança Alimentar e Nutricional - e de fóruns, movimentos e entidades representativas deste segmento da população.

composto por representantes de seis ministérios, além de representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da sociedade civil, tendo a finalidade de iniciar um amplo processo de estudos e elaboração de propostas com participação social na definição do conteúdo da política (MNPR, 2010).

No mês de maio de 2009, o espaço do II Encontro Nacional da População sobre a População em Situação de Rua voltou-se para a discussão da Política Nacional para a População em Situação de Rua, visando à sua consolidação. Por fim, a Política foi instituída em dezembro do mesmo ano através do decreto presidencial nº 7053, durante um encontro do ex-presidente Lula com a população de rua (MNPR, 2010).

Ademais, a Pesquisa Nacional Sobre a População de Rua, realizada em 2007 pelo MDS, o Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, parceria entre o MDS, a UNESCO e o Instituto Pólis, realizado nos anos de 2009 e 2010, também se somam como conquistas que são resultado da luta e pressão política feita pelo MNPR a nível nacional (MNPR, 2010).

Como fruto da organização do MNPR, também foi implantado, em 2011, pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH), o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), atendendo a demandas conjuntas do MNPR, do Movimento Nacional de Catadores (MNCR) e do Fórum Nacional da População de Rua. Conforme folder explicativo lançado em 2014 pelo CNDDH, os Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) atuavam em 440 cidades, abrangendo todos os estados brasileiros (com exceção de Roraima). Em sua atuação, o CNDDH contou com diversos parceiros envolvidos na defesa da população em situação de rua, como a Secretaria de Direitos Humanos do Paraná, a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais, o MNPR, o MNCR, a Pastoral Nacional do Povo da Rua e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (SILVA, 2017, p. 247).

No campo da saúde pública, a criação das equipes de Consultórios de Rua (CR) em 2011 também foi um marco importante. Essas equipes estão vinculadas à Política Nacional de Atenção Básica do SUS e foram criadas para atuar de forma itinerante no atendimento às pessoas em situação de rua, operando diretamente em seus territórios de fixação e/ou circulação. No mesmo ano, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 940/2011, que dispensou a condicionalidade de documentos de identificação e de endereço fixo para a inscrição no Cadastro Nacional de Usuários do SUS e consequente obtenção do Cartão SUS,

garantindo, assim, o direito das pessoas em situação de rua de serem atendidas em qualquer unidade de saúde (SILVA, 2017, p. 24).

O MNPR tem como uma das principais reivindicações o direito do exercício da cidadania pela população em situação de rua. Essa cidadania se expressa através dos direitos que garantem dignidade a todas as pessoas, como o direito de ir e vir, de livre expressão, à alimentação, à habitação, à saúde, à educação, ao trabalho, a um salário mínimo, ao lazer, à segurança, à previdência e à assistência social (MNPR, 2010).

O surgimento do MNPR se deu em um contexto de emergência dos denominados novos movimentos sociais, inseridos em uma conjuntura de crise estrutural do capital, de ascensão do neoliberalismo e de consequente retirada de direitos. Devido a essa proximidade, as principais reivindicações do MNPR se aproximam das demandas desses movimentos, pois ambos direcionam suas lutas às reivindicações referentes ao consumo coletivo de bens e serviços. É preciso destacar que essas demandas se referem ao atendimento das necessidades básicas da população em situação de rua e, portanto, são essenciais para a sua sobrevivência.

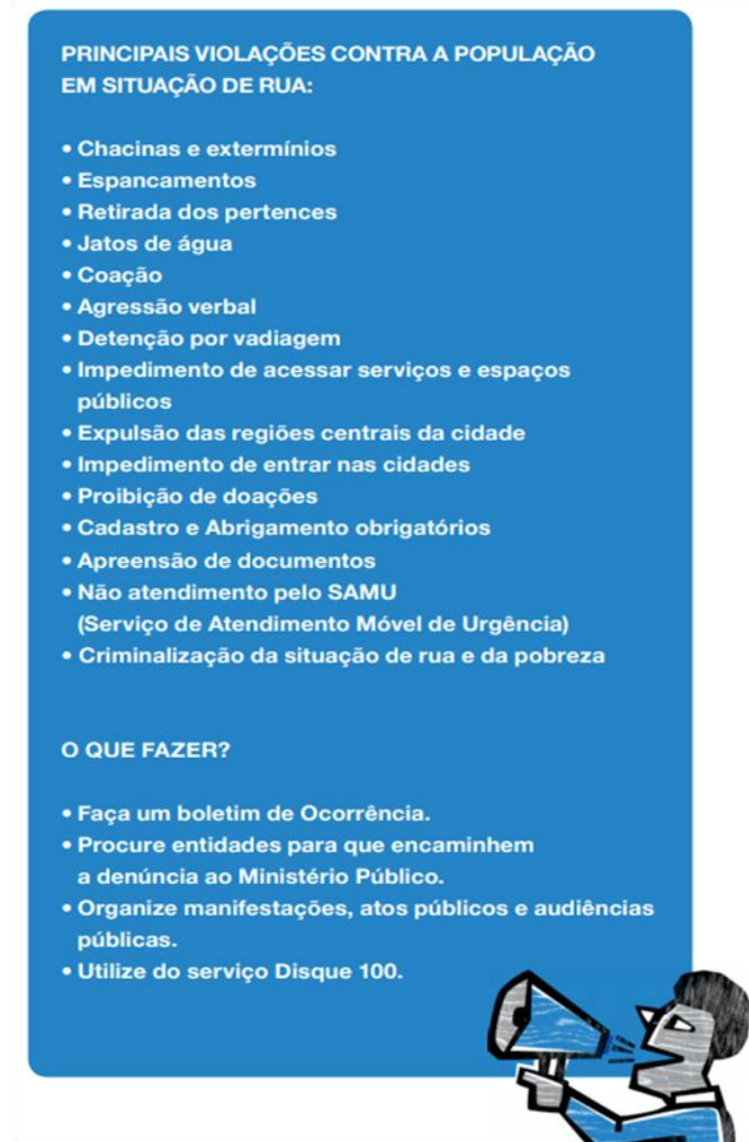
Assim sendo, o MNPR não se configura enquanto um movimento social clássico, que tem como principal pauta de luta as questões estruturais da luta de classes do modo de produção capitalista, desenvolvendo suas lutas no âmbito da esfera produtiva. Contudo, o MNPR contesta, por meio de suas lutas, as consequências desse modo de produção presentes em nossa sociedade, principalmente expressas na esfera de consumo. Entre essas consequências, destaca-se a má distribuição da riqueza socialmente produzida, que acaba resultando nas demais violações de direitos sofridas pela população em situação de rua. Nesse sentido, o MNPR tem como pauta de luta “o direito ao uso da terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer” (MNPR, 2010).

Como instrumentos de luta, o MNPR se utiliza de manifestações, atos públicos, audiências públicas e pressão social, como um todo (MNPR, 2010). Além disso, as políticas públicas são tidas pelo MNPR como principais ferramentas de luta para efetivação dos direitos das pessoas em situação de rua.

A luta organizada em defesa dos direitos e por políticas públicas, para a população que está em situação de rua, foi o caminho escolhido pelo Movimento Nacional da População de Rua para combater as violações de direitos e buscar condições dignas de vida, direito de todo cidadão (MNPR, 2010, p.25).

Na cartilha de formação política, há uma listagem das principais violações contra a população em situação de rua e das medidas que devem ser tomadas nessas situações, conforme ilustra a imagem abaixo.

Figura 16 - Principais violações contra a população em situação de rua



Fonte: MNPR (2010).

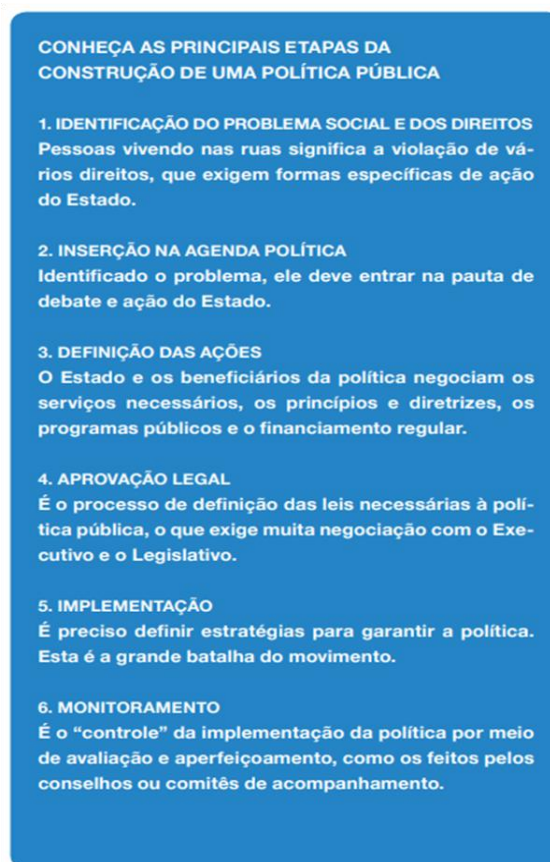
Nesse sentido, destaca-se o importante papel do MNPR de informar as pessoas em situação de rua sobre as suas violações de direitos e orientá-las sobre como proceder frente a esse contexto de violência.

É preciso pontuar o destaque dado na cartilha à temática das políticas públicas, havendo uma seção explicativa acerca do conceito de política pública, sua função e as principais etapas de sua construção.

Política pública é uma ferramenta que deve concretizar os direitos na vida das pessoas. [...] Para tanto, a política pública deve definir programas, serviços e projetos destinados ao atendimento das necessidades básicas de uma coletividade que, no nosso caso, é a população em situação de rua. [...] Têm o objetivo de gerar segurança e bem-estar à pessoa e à sua família (p. 19).

A implementação de políticas públicas voltadas à população em situação de rua é tida como uma finalidade da luta do MNPR, o que é bastante presente nos novos movimentos sociais, os quais identificam o Estado como alvo de suas demandas e pressões, conforme exposto anteriormente.

Figura 17 - Etapas para construção de políticas públicas



Fonte: MNPR (2010).

Por meio da análise desse documento do MNPR, é possível entender a concepção de Estado defendida pela organização. Segundo a imagem acima, é dever do Estado coordenar, gerir e implementar políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua. Nesse sentido, parte-se da concepção de um Estado como agente de bem-estar social que atua por meio de políticas públicas, concepção apresentada no denominado “Estado de Bem-Estar Social” ou “Estado Providência”, o qual, historicamente, teve a



finalidade de promover o desenvolvimento industrial/comercial, para além da função de coerção, o Estado passa a intervir no controle das relações capital-trabalho, subvencionado o consumo, garantindo a reprodução da forma de trabalho, a expansão da acumulação capitalista, e respondendo a algumas demandas sociais. A estratégia para isso foi a construção de uma espécie de “pacto social” entre as classes “industriais”, que derivou nas diversas experiências de Welfare State, de keynesianismo, ou dos chamados “populismos” (ou Estados desenvolvimentistas) latino-americanos (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 161)

Nessa perspectiva, faz-se necessário ressaltar o Estado como campo de inúmeras contradições, ao se estabelecer, em determinados momentos, como provedor de bem-estar social, e, em outros, como representante dos interesses da burguesia e, conseqüentemente, perpetuador das desigualdades sociais. Na perspectiva marxista, “o Estado é pensado como uma instituição que faz parte de um sistema social mais amplo, em que estão presentes os interesses de classes, determinado em última instância pelas relações de produção, pela luta de classes, a partir das correlações de forças” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p.140).

Nesse sentido, é válida a reflexão acerca das contradições presentes na luta do MNPR, tendo em vista que o movimento visa uma ampliação desse Estado, que é o mesmo que violenta e reprime a população de rua. Todavia, é preciso lembrar que a luta contra o caráter burguês e opressor do Estado só é possível se a população em situação de rua possuir as mínimas condições de subsistência. Nesse sentido, essas políticas públicas buscam a garantia dessas condições, que permitem com que a população em situação de rua possa se organizar e travar lutas que visem à superação desse Estado e desse modelo de sociedade. É preciso comer, beber, ter onde morar e vestir-se dignamente para poder “fazer história”.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a História, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 1987, p. 39).

Assim sendo, a luta travada pelo MNPR por políticas públicas que garantam a satisfação das necessidades básicas da população em situação de rua é tida como primeiro ato histórico. Somente a partir de sua efetivação, é possível pensar a luta política em prol da construção de um projeto societário contra-hegemônico, que também se coloca como objetivo do MNPR. Segundo a sua cartilha de formação política, “a população em situação de rua organizada e parceiros têm demonstrado capacidade e coragem de denunciar, mas também de construir e anunciar um projeto de sociedade diferente, na qual as pessoas reconheçam o valor

de cada ser humano” (MNPR, 2010, p. 12). Essa outra sociedade é definida como mais justa e solidária (MNPR, 2010) e visa à consequente superação da atual sociedade desigual e dividida, conforme apresentado no capítulo inicial da cartilha. Nessa perspectiva, ressalta-se que esse primeiro capítulo apresenta as principais características presentes na estrutura societária que resultam na situação de rua, relacionando-a ao modo de produção capitalista. Destaca-se, então, como positiva a realização dessa análise de conjuntura expressa nesse documento, pois é preciso compreender a estrutura da sociedade para partir de uma perspectiva totalizante das lutas sociais a fim de superar a fragmentação e individualização dos processos de mobilização social. Como a situação de rua não se estabelece de forma individualizada em nossa sociedade, tampouco a sua organização deve se dar dessa forma.

A partir da compreensão de que o MNPR se coloca como importante agente de transformação da realidade vivenciada pela população em situação de rua, é possível perceber que, apesar de todas as violações de direitos que esta população sofre, esse movimento tem representado a sua capacidade de organização e mobilização coletiva, expressa como uma das suas formas de resistir a um contexto tão difícil.

### **3.3 A organização, participação e produção de autonomia no MNPR de Porto Alegre**

O MNPR em Porto Alegre surgiu a partir da necessidade de organização da população em situação de rua do município trazida pelos usuários nas assembleias da antiga Casa de Convivência. Esse espaço, implantado em 2001 e endereçado na Rua João Alfredo, no bairro Cidade Baixa, era um local de atendimento à população em situação de rua do município, composto por uma equipe de trabalhadores que atendiam no espaço da Casa de Convivência no turno da manhã, e, à tarde, realizavam acompanhamentos na rua através do serviço de Atendimento Social de Rua (ASR).

A Casa de Convivência, segundo Vieira (1994, *apud* PAULA, 2009), configurava-se como um espaço “onde as pessoas que se encontram na rua podem sentir-se acolhidas, conviver, organizar-se, buscar soluções para seus problemas básicos, visando à recuperação dos direitos, respeito e dignidade” (p. 39). Era um local onde

eram realizados grupos de acolhimento coletivos e assembleias, espaços onde a população atendida podia ser escutada em suas queixas, sugestões e questionamentos, assim como, a própria equipe podia falar das suas dificuldades, do que era possível mudar, dos seus limites, enquanto serviço de atendimento e de outros assuntos mais gerais (CAMPOS et al, 2017, p.187)

Com a consolidação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a política de assistência foi organizada e estruturada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o município, o que uniformizou a execução da política. Esse reordenamento implicou na transição em 2011 da Casa de Convivência para o Centro Pop - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, como forma de ajustar-se à Tipificação de Serviços Socioassistenciais.

No ano de 2008 muitos usuários da Casa de Convivência começaram a trazer para o espaço da assembleia os seus relatos de violência sofrida por agentes da segurança pública do município. Os usuários passaram a chegar neste espaço machucados e afirmando que teriam sido agredidos por policiais, o que fez com que os trabalhadores da instituição apoiassem e incentivassem a mobilização coletiva dos usuários.

Havia já no município uma iniciativa de organização da população de rua, o Fórum da População Adulta em Situação de Rua, criado no ano de 2004. Entretanto, esse Fórum era um espaço atravessado por diferentes interesses pessoais, e acabava não representando os interesses da população em situação de rua de Porto Alegre. Sendo assim, a falta de efetividade e de legitimidade desse espaço como entidade representativa dessa população contribuiu para a fundação, em 2009, do Movimento Aquarela das Pessoas em Situação de Rua (MAPR). Nesse sentido, é importante ressaltar a importância do projeto de intervenção desenvolvido pela estagiária de Serviço Social da Casa de Convivência nesse período, intitulado “Organizar para Resistir – Reorganização do Movimento de Moradores de Rua de Porto Alegre”. Esse projeto buscava a criação de um espaço de discussão e organização política para a população de rua, o que levou à criação do MAPR (PAULA, 2009).

O MAPR surgiu, então, como fruto da articulação dessa estagiária junto à população de rua, além do envolvimento de toda a equipe de trabalhadores da Casa de Convivência com vistas a incentivar a organização da população de rua. Dessa forma, destaca-se o papel crucial que os trabalhadores possuem ao fortalecer os processos de mobilização coletiva dos usuários das instituições onde exercem seu trabalho.

O nome da organização, Movimento Aquarela das Pessoas em Situação de Rua, foi escolhido por um militante da época, a fim de representar a diversidade presente na população de rua.

A palavra aquarela foi escolhida no sentido de valorizar a heterogeneidade da população de rua, e de dar uma conotação positiva para o movimento, sem estigmatizar com a expressão “morador de rua” (PAULA, 2009, p. 56).

Após a escolha do nome, foi construída uma identidade visual para o movimento. No espaço de oficina de arte da Casa de Convivência foi elaborada de forma coletiva a bandeira, que foi costurada por um militante e desenhada por outro. O pano foi comprado através de coletivização financeira pelo grupo e arrecadado em uma caixinha (CAMPOS et al, 2017).

O MAPR foi lançado oficialmente em um ato público realizado no largo Zumbi dos Palmares no dia 15 de agosto de 2008. A articulação do MAPR com o atual MNPR iniciou através do contato de alguns militantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis de Belo Horizonte e Curitiba com militantes do MAPR de Porto Alegre (CAMPOS et al, 2017).

O início da articulação com o movimento a nível nacional causou alguns estranhamentos devido às diferenças na metodologia de organização entre o MAPR e o MNPR. O MAPR sempre funcionou de forma horizontal, coletiva e autônoma, sem nenhuma forma de hierarquia entre seus participantes. Contudo, o MNPR sempre exigiu em sua estrutura a figura representativa de uma coordenação de cada um dos núcleos para os encontros e tarefas regionais e nacionais. Sendo assim, o MAPR precisou indicar um dos seus militantes mais antigos para essa tarefa, pois, por uma opção política, não possuía nenhuma coordenação (CAMPOS et al, 2017).

Com o tempo, o MAPR enfraqueceu e foi retomado em junho de 2013 por meio da articulação com movimentos nacionais de outros estados. A partir de então, o Movimento Aquarela passou a oficialmente ser o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) do Rio Grande do Sul, incorporando-se ao movimento nacional já existente. Essa vinculação, no entanto, não representou a completa adesão do antigo MAPR às normas de funcionamento do movimento nacional, pois sempre foi priorizada a autonomia e a forma própria de se organizar do movimento local.

É abolida pelo coletivo a figura de um coordenador e volta-se a atuar com distribuição de tarefas e decisões coletivas, o que retoma um caráter mais horizontal nas relações. Essa decisão é comunicada ao movimento nacional através de um documento feito e assinado pelo coletivo (CAMPOS et al, 2017, p. 192).

Nessa época as reuniões do MNPR de Porto Alegre eram realizadas semanalmente na sede do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA). Por muito tempo, o espaço das reuniões semanais do MNPR foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA). Atualmente estas têm acontecido na nova sede do MNPR, localizada na R. Cel. Fernando Machado no centro de Porto Alegre.

As reuniões do MNPR são a principal instância deliberativa de sua organização e são abertas ao público em geral. São compostas por dois momentos: o momento inicial de repasses rápidos de informações mais breves, os informes; e o momento de discussão mais alongado sobre as mais diferentes pautas. Em ambos momentos, as falas são abertas para todos os presentes na reunião, sendo necessário inscrever-se para falar, além de respeitar o tempo de fala de cada um. Também é realizada a ata de cada reunião em um livro de registros do MNPR.

De acordo com Novaes (2012), a reunião é o estabelecimento de uma dinâmica onde emergem as forças vivas do grupo. Nesse espaço é envolvida a dinamicidade do grupo à medida que emergem as relações de poder entre os membros e como desafio está a busca por uma reunião que funcione de forma democrática, garantindo a todos o direito de se expressar e de tomar decisões coletivamente.

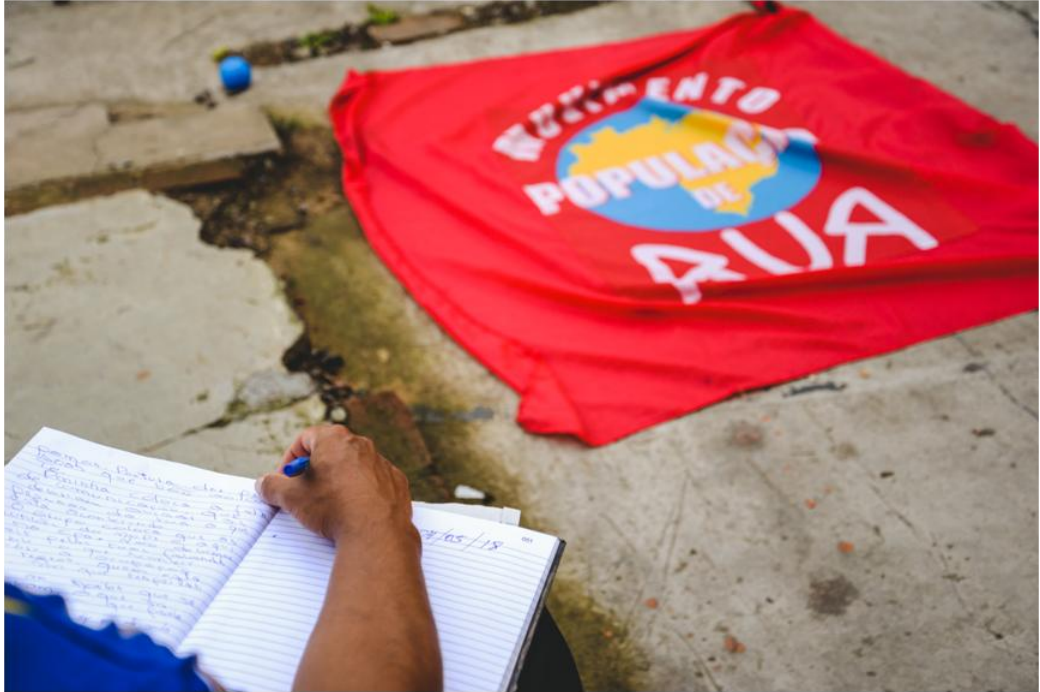
Figura 18 – Agrupamento de organização do MNPR



Fonte: a autora (2018).



Figura 19 - Registro e reunião



Fonte: a autora (2018).



Figura 20 - Na reunião do MNPR todos têm lugar



Fonte: a autora (2018).

Além do espaço da reunião, a comunicação entre os integrantes do MNPR ocorre também através de um grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas, composto pela grande maioria dos apoiadores e por somente alguns militantes, devido ao fato de que poucos deles possuem celular e acesso à internet.

Ao longo da trajetória de organização do MNPR de Porto Alegre, muitas foram as conquistas históricas frutos da luta feita pelo movimento. A primeira delas foi a implantação do Centro Nacional de Defesa da População de Rua e dos Catadores (CNDH)<sup>6</sup> no ano de 2013, que teve em sua equipe um militante do MNPR como agente de direitos humanos. Infelizmente essa instituição atuou somente por um ano e meio, contudo, teve importante contribuição para a população de rua do município ao aproximar suas demandas de órgãos como o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores (CAMPOS, et al, 2017).

Como resultado da atuação do CNDH junto a esses órgãos, foi criado o grupo Patrulha de Direitos Humanos. A atuação desse grupo consistia em visitas a pessoas em situação de rua com o objetivo de orientá-los a entrar em contato com a Patrulha caso sofressem alguma violência. Essas visitas ocorreram no contexto da realização da Copa do Mundo na cidade de Porto Alegre e eram realizadas por militantes do MNPR junto a representantes da Defensoria Pública e da promotoria de direitos humanos do Ministério Público (CAMPOS, et al, 2017).

A Escola Porto Alegre (EPA) sempre exerceu um importante papel junto à população de rua do município, pois há 20 anos possibilita o acesso dessas pessoas à educação por meio de métodos diferenciados de ensino que incluem a realização de oficinas de geração de renda e de artesanato adaptadas à realidade da rua. No ano de 2014, o governo Fortunati/Sebastião Melo informou que fecharia a escola, o que mobilizou integrantes do MNPR, estudantes e trabalhadores da EPA para que isso não ocorresse. Foram realizados atos públicos em frente à Secretaria Municipal de Educação, em frente à Prefeitura, na feira do livro, além de audiências públicas em prol da EPA. Como resultado de toda essa mobilização, a Defensoria Pública ajuizou uma ação contra o município, o que resultou em pareceres favoráveis da Justiça à permanência da escola. A luta política travada pelo MNPR contra o fechamento da EPA não apenas garantiu que esta permanesse aberta, como também deu visibilidade maior para a importância do trabalho desenvolvido por essa instituição escolar (CAMPOS, et al, 2017).

---

<sup>6</sup> O CNDH tinha como função o levantamento de registros e de encaminhamentos de denúncias de violências e violações de direitos humanos contra os catadores e a população de rua.



Figura 21 – Acesso à escola para a população de rua



Fonte: a autora (2018).

São também conquistas do MNPR a adesão do município de Porto Alegre à Política Nacional para a População em Situação de Rua, no ano de 2014, e a consequente formalização do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP - Rua).

A luta seguinte foi pelo Restaurante Popular<sup>7</sup>, conhecido como “Bandeirão”, que estava fechado há mais de três anos no município. Foram feitas diversas manifestações, que resultaram na reabertura do Restaurante em 2016, devido à pressão que o MNPR fez aos governos estadual e municipal (CAMPOS, et al, 2017).

Figura 22 – Acesso à alimentação para a população de rua



Fonte: a autora (2018).

<sup>7</sup> O Restaurante Popular oferece refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade social pelo preço de R\$1. É administrado pelas secretarias Municipal de Direitos Humanos e Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social.



Também foi fruto do MNPR a campanha municipal “E se essa rua fosse minha?”, feita com verba da saúde para divulgar a Portaria nº 940/2011, que trata sobre a inclusão de pessoas em situação de rua nos serviços de saúde sem a obrigatoriedade da apresentação do comprovante de endereço. A campanha produziu imagens de militantes do MNPR com a frase “Sou morador de rua e tenho direito à saúde”, as quais circularam em ônibus da capital. Além disso, também foram distribuídos cartões à população de rua do município com Portaria escrita, como forma de apresentá-los nos serviços de saúde e garantir o atendimento (CAMPOS et al, 2017).

Figura 23 - Campanha “E se essa rua fosse minha?”



Fonte: E se essa rua fosse minha (2015).

Ainda na área da saúde, é preciso também destacar a presença das equipes dos Consultórios na Rua no município de Porto Alegre que foram uma conquista do MNPR a nível nacional, conforme exposto anteriormente.

Figura 24 - Acesso à saúde para a população de rua



Fonte: a autora (2018).



Essas conquistas do MNPR são de extrema importância para o movimento, pois traduzem as suas lutas. F., que é militante do MNPR de Porto Alegre há bastante tempo, afirmou que a existência da Escola Porto Alegre, do Restaurante Popular e do Consultório na Rua representam o que é o MNPR de Porto Alegre para ele. Em suas palavras, “se não tivesse o MNPR pra fazer essas coisas pra gente, não ia ter nada. Ninguém ia fazer pelo morador de rua”.

Os instrumentos de luta utilizados pelo o MNPR de Porto Alegre a fim de obter cada uma dessas conquistas são as reuniões entre os integrantes do MNPR e com órgãos públicos, as audiências públicas, as ocupações, protestos e mobilizações, campanhas de conscientização da população, postagens na internet, entre tantas outras.

Dentre todos esses mecanismos, é preciso dar destaque às ocupações. No ano de 2016, no período de 14 de julho a 11 de agosto, o MNPR, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), movimentos que têm como pauta a luta por moradia, ocuparam o saguão do prédio do Departamento Municipal de Habitação (DEHMAB) de Porto Alegre. A principal finalidade da ocupação foi denunciar a política de remoções adotada pela prefeitura, além de exigir as seguintes reivindicações:

- Volta do pagamento do aluguel social e moradia definitiva para as famílias em situação de rua. O Movimento Nacional de População de Rua havia conseguido, como resistência à política higienista da Copa do Mundo, o pagamento de aluguel social. Há 4 meses esse valor foi suspenso e as pessoas estão sendo despejadas.
- Que a prefeitura reivindique junto ao governo do estado as alternativas para a Ocupação Lanceiros Negros do MLB. Essa ocupação tem dado função social a um edifício abandonado há mais de dez anos, e visa transformar o prédio em uma casa de acolhimento para a população mais pobre.
- Cumprimento dos acordos com o MTST: A imediata desapropriação do terreno ocupado no Morro do Santana em 2015; a criação de novas AEIS; o cumprimento dos acordos com a Ocupação Progresso; e uma solução negociada para as famílias da Vila Dique!
- Pela continuidade do programa Minha Casa Minha Vida.
- Despejo Zero, o povo quer casa, não remoção. MTST, MLB e MNPR (Fonte: SUL21, 2016).<sup>8</sup>

Essa ocupação foi preliminar à ocupação que ocorreu no dia 29 de março de 2018. Nesse dia militantes do MNPR ocuparam um terreno abandonado pela prefeitura endereçado na Avenida Loureiro da Silva. Na carta da ocupação à comunidade de Porto Alegre, são apresentadas as principais justificativas que levaram à ocupação e suas principais finalidades.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2016/07/movimentos-de-luta-por-moradia-ocupam-o-demhab-em-porto-alegre/>> Acesso em: 05 jun. 2018.

Figura 25 - Carta da ocupação à comunidade de Porto Alegre

# CARTA DA OCUPA ALDEIA ZUMBI DOS PALMARES À COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE

No último dia 29 de março, nós do Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (Mnpr/RS), ocupamos o terreno abandonado pela prefeitura localizado na Loureiro da Silva n. 1750, após repetidos desalojos decorrentes do suporte precário que fornece o programa Aluguel Social, e da inabilidade das políticas públicas do DEMHAB (Departamento Municipal da Habitação) em atender as demandas da população de rua.

Nossa intenção é construirmos aqui nossa moradia e um ponto de cultura, segurança, integração e geração de renda - através de uma horta comunitária, principalmente. Sempre vimos o Aluguel Social como uma esmola, sendo muitas vezes uma promessa que não se concretiza, pois o dinheiro frequentemente não chega até nós. Com o valor de até R\$ 500 que o DEMHAB "oferece" mensalmente para o aluguel de um imóvel por no máximo 1 ano, ao longo desse mesmo ano teríamos o montante de 168 mil, que seria de forma mais inteligente investido em uma moradia fixa para nós.

Queremos o direito de permanecer junto de nossas famílias e amigos em uma moradia digna e coletiva, dados os vínculos que construímos ao longo de mais de 10 anos atuando juntos no Mnpr/RS. A ocupação tem integrantes do Jornal Boca de Rua e alunos da Escola Porto Alegre, esta localizada logo atrás do terreno por nós ocupado. Lutamos por muito tempo pelo não fechamento da escola, à qual nos sentimos pertencentes, pelo acolhimento e respeito a nós dedicado ali.

Destacamos a importância que damos às pautas relacionadas às mulheres em situação de rua. Temos como exemplo a falecida companheira Rita, que morreu esperando pelo depósito do Aluguel Social e foi internada compulsoriamente, enquanto grávida, perdendo a guarda de sua recém nascido justamente por não ter moradia. Isso acontece muito frequentemente com as mulheres em situação de rua que, titulares do Aluguel Social, perdem a guarda de suas crianças por não poderem lhe oferecer uma estrutura adequada, em decorrência de ser a prefeitura uma má pagadora. Porém, ainda que fosse pago regularmente, o programa não seria eficaz, por sua duração de 6 meses a no máximo 1 ano, deixando ao cabo disso a mãe desamparada.

Por todos os motivos já citados, nós da **Ocupa Aldeia Zumbi dos Palmares** repudiamos a política do Aluguel Social e reivindicamos este terreno para construção de nossa moradia, FIXA e COLETIVA.

02 de Abril de 2018, Porto Alegre

Fonte: acervo pessoal (2018).

Figura 26 - A luta no MNPR por meio da Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares



Fonte: a autora (2018).





Fonte: a autora (2018).



Essa ocupação está tendo papel central na atuação do MNPR no município de Porto Alegre. Tem sido precursora ao ser a primeira ocupação conduzida pela população em situação de rua no município. Além disso, a ocupação tem dado visibilidade para a organização, pois está situada em uma região central de Porto Alegre e tem conquistado o apoio da população como um todo. Os moradores locais, além de diferentes organizações, instituições e sujeitos têm apoiado e dado suporte ao MNPR, por meio da constante doação de mantimentos, roupas e materiais necessários à estrutura da ocupação.

A importância da ocupação é visível também aos integrantes do MNPR. Para A. A., militante do MNPR, “o MNPR é a ocupação”. Assim a ocupação tem sido um expressivo exemplo de atuação política do MNPR não somente para a comunidade de Porto Alegre, mas também para a população de rua que se organiza nesse movimento.

Figura 27 – O movimento que ocupa



Fonte: a autora (2018).

Ademais, a ocupação tem expressado um novo significado que o movimento assume para os seus integrantes, pois representa a coletividade presente nessa organização. Na ocupação, a dimensão coletiva do MNPR, que se expressa na luta conjunta por moradia, também se torna visível nas demais tarefas do cotidiano. Os integrantes da ocupação têm vivido a coletividade ao extremo, pois, além de dividirem o seu espaço de moradia, dividem as roupas, as comidas, a luta. Nessa perspectiva, o MNPR se configura como um importante espaço de fortalecimento de vínculos comunitários da população em situação de rua.

A coletividade também se demonstra na horizontalidade presente na divisão de tarefas da ocupação e nas atividades do MNPR como um todo, em que todos os integrantes são igualmente protagonistas, de forma a incentivar a sua autonomia. Tarefas como cozinhar e limpar o espaço coletivo da ocupação são exemplos de atividades igualmente divididas entre os ocupantes.

J., militante do MNPR, definiu o MNPR como o momento de refeição coletiva da ocupação. Para ele, o ato de cozinhar para todos da ocupação representa a coletividade presente nesse movimento.

Figura 28 - Comida para todos



Fonte: a autora (2018).





Fonte: a autora (2018).



Figura 29 – Preparar e servir a comida: um ato coletivo



Fonte: a autora (2018).



Figura 30 - A coletividade presente nas tarefas cotidianas da ocupação



Fonte: a autora (2018).

A ocupação tem fortalecido o MNPR de Porto Alegre, pois, desde o seu início, tem aumentado o número de pessoas em situação de rua que passaram a fazer parte do MNPR. Além disso, também tem potencializado a organização e as ações do MNPR. Exemplo disso é

a organização para a primeira audiência de conciliação entre o MNPR e a Procuradora-Geral do Município no Foro Central de Porto Alegre, que reuniu muitos apoiadores e integrantes do MNPR que se dirigiram até lá. A audiência acabou não ocorrendo, pois não houve presença de nenhuma representação do município. Contudo, teve como resultado a mobilização dos integrantes do MNPR e o ato simbólico do MNPR, representado por sujeitos que lutam por seus direitos, marcar presença em um espaço tão importante como o Foro Central, que corresponde ao Poder Judiciário do Estado.

Segundo C., esse foi um momento histórico para o MNPR de Porto Alegre.

Figura 31 - A ocupação também é dos espaços de poder do Estado



Fonte: a autora (2018).





Fonte: a autora (2018).

Todas essas importantes lutas foram travadas pelos integrantes do MNPR de Porto Alegre, os quais são denominados “apoiadores” ou “militantes”, termos utilizadas pelos próprios integrantes para diferenciar esses dois grupos. Os “militantes” são as pessoas “em situação” ou com “trajetória de rua” (que já viveram nas ruas em algum período de suas vidas, mas que no momento utilizam os espaços institucionais ou possuem casa própria); já os “apoiadores” são os sujeitos que apoiam a mobilização, como os profissionais da rede socioassistencial, dos órgãos jurídicos, das universidades e outros tantos atores que, por razões diversas, aproximam-se do MNPR (SILVA, 2017).

A relação dos militantes com os apoiadores suscita alguns questionamentos visto que é comum haver um número maior de apoiadores do que de pessoas que vivem nas ruas nas reuniões semanais do MNPR. Questiona-se, assim, acerca da representatividade do MNPR, que, como movimento social da população de rua, deve prezar pelo protagonismo e participação central daqueles que vivem esta realidade.

É preciso identificar essas dificuldades presentes no MNPR sem deixar de analisar os fatores presentes na população de rua e na sociedade, como um todo, que interferem na organização desta população. A fragilidade do Movimento reflete a vulnerabilidade presente na população em situação de rua, que, por não estar inserida no mercado de trabalho, encontra-se em constante movimento, buscando estratégias para sobreviver, pois “sua vida está sempre recomeçando. Quase nada é permanente, a não ser a procura cotidiana de sobrevivência, o que torna sua vida extremamente fragmentada” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA 1994, p.23 apud PAULA, 2012, p. 38).

Esta dinâmica de organização da vida na rua dificulta a disponibilidade que esta população tem para se organizar coletivamente. O tempo e a energia que estes dispõem se voltam para fazer os “corres” diários, em busca de condições mínimas para viver. Devido a isto, os apoiadores têm importante papel de auxiliar esta população em sua organização de luta.

Apesar das fragilidades que o MNPR possui, sua abrangência para com a população em situação de rua é grande, como aponta a Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre (UFRGS, 2016). Quando perguntados acerca de fóruns, movimentos sociais e ONGs que conhecem e/ou participam, 33,3% dos entrevistados afirmaram conhecer o MNPR, ficando atrás do Jornal Boca de Rua (65,5%) e da Escola Porto Alegre (47%). Já no quesito participação, o Movimento se coloca como o espaço que possui a segunda maior participação dos entrevistados, com 28,7%.



Quadro 5 - Conhecimento e participação em Fóruns/Movimentos Sociais/ONG

Fóruns/Movimentos Sociais/ONG	Conhece		Participa	
	Frequência	%	Frequência	%
Boca de Rua	290	65,5	39	13,4
MNPR/Movimento	147	33,3	49	28,7
ECOSOL/POP RUA	93	21,5	35	28,0
EPA	206	47,0	52	25,7
Rede Integrada de Assistência	82	19,1	32	27,8
Nuances/Igualdade/GAPA	78	18,3	19	18,6
Outros	3	10,0	5	26,3

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2016.

Os dados apresentados mostram que o MNPR de Porto Alegre é uma organização bastante conhecida pela população em situação de rua do município. Também demonstra que o movimento possui legitimidade e representatividade dessa população, ao ser o espaço que conta com a maior participação dos entrevistados.

É notória e reconhecida a importância que a organização da população de rua tem para a garantia de seus direitos, expressa em toda a trajetória de constituição do MNPR em Porto Alegre e nas incontáveis conquistas históricas que esse movimento trouxe para a população em situação de rua do município. Além disso, percebe-se que o MNPR é um importante recurso para o fortalecimento da autonomia da população em situação de rua.

Essa realidade não é exclusiva do MNPR, mas se faz presente também nos diferentes movimentos sociais presentes no contexto brasileiro. São inúmeros os processos de organização e de resistência da classe trabalhadora que buscam a superação das desigualdades vigentes no país. Nessa perspectiva, os movimentos sociais representam possibilidades de transformação social e demonstram que as expressões da questão social não se constituem somente de desigualdades, mas se expressam também nas diferentes formas de resistência.

E é nesse contexto que o Serviço Social se insere, por possuir relação estreita com as lutas sociais em sua trajetória histórica e em seu projeto ético-político. Tendo como objeto de trabalho as expressões da questão social, o assistente social pode atuar junto à organização e à mobilização coletiva dos sujeitos, conforme será exposto na próxima seção.

## **4 SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E O MNPR DE PORTO ALEGRE**

Após a apresentação do MNPR no âmbito nacional e no município de Porto Alegre, além da contextualização acerca dos principais movimentos sociais presentes na trajetória histórica do país, apresentadas na última seção, nesta será dado seguimento à discussão sobre movimentos sociais, relacionando-os com o Serviço Social.

Para isso, a seção busca identificar as possibilidades de trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais através da apresentação da relação histórica do Serviço Social com os movimentos sociais e do relato do projeto de intervenção desenvolvido no estágio curricular obrigatório de Serviço Social realizado do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua de Porto Alegre (Centro Pop I). Em seguida, a seção será finalizada com as reflexões acerca das possibilidades de trabalho do Serviço Social junto ao MNPR de Porto Alegre, que se apresentam como resultado das reflexões aqui desenvolvidas.

### **4.1 Serviço Social e movimentos sociais: uma relação em construção**

A profissão, inserida na dinâmica das relações sociais capitalistas, é partícipe do processo de reprodução dessas relações e responde através de sua intervenção a demandas tanto do capital como do trabalho (IAMAMOTO, 2004). É a partir dessa compreensão que se reconhece que o Serviço Social possui relação estreita com os movimentos sociais, o que vai se manifestando aos poucos, tanto na trajetória histórica da profissão como nos fundamentos ético-políticos que embasam o exercício profissional.

Essa relação encontra justificativa na própria definição da profissão como “expressão das necessidades sociais criadas no movimento das relações entre o Estado e a sociedade civil, entre as relações de classes e as instituições no enfrentamento da questão social” (PINHEIRO, 2010, p. 103). Nesse sentido, quando se fala da relação entre a profissão e os movimentos sociais, pode-se reconhecer sua existência desde o surgimento do Serviço Social no Brasil, uma vez que o trabalho profissional incidente no âmbito das relações sociais produzia repercussões indiretas ou mesmo diretas para os movimentos sociais daquele período.

Os movimentos sociais a partir da década de 1940, quando o Serviço Social brasileiro vive sua institucionalização, vão receber alguma(s) inflexão(ões) do trabalho de assistentes sociais. Ainda que isso ocorra geralmente de forma bastante indireta, há de se reconhecer que aqueles assistentes sociais que atendiam nas vilas operárias, ou mesmo dentro das indústrias que estavam surgindo, incidiam diretamente nos movimentos sociais ‘clássicos’, que eram os

movimentos sindicais e/ou de trabalhadores. Logo, a vinculação da categoria profissional nem sempre foi com os movimentos sociais da classe trabalhadora, pois, nessas primeiras décadas, o Serviço Social esteve inserido junto a organizações e grupos da classe dominante. Os primeiros movimentos aos quais o Serviço Social se vinculou no país são de base militante tradicional católica – o Apostolado Leigo, a Ação Social e a Ação Católica (MORO e MARQUES, 2011).

Foi somente a partir do Movimento de Reconceituação, iniciado nos anos de 1960 no contexto latino-americano e no final dos anos de 1970 no Brasil, que a profissão passou a assumir uma nova postura frente às lutas sociais a partir da contestação aos fundamentos tradicionais do Serviço Social. No país esse movimento de contestação da profissão relaciona-se ao contexto da ditadura militar, mais especificamente ao fim desse período.

É no Brasil, em um desenvolvimento ainda que tardio do processo reconceituador – ao fim do processo autocrático burguês – que a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais ganhou novos contornos, em uma conjuntura histórica propícia a mudanças e transformações (MORO; MARQUES, 2011, p. 22).

A renovação da profissão ocorreu de forma processual, tendo sido desencadeada pelo desenvolvimento de quatro principais elementos relacionados a partir de mudanças estabelecidas na categoria profissional.

O primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com outros protagonistas (profissionais nas equipes multiprofissionais; sociais e grupos da população politicamente organizados) e outras instâncias (núcleos administrativos e políticos do Estado). O segundo refere-se [...] a emersão de católicos progressistas e mesmo de uma esquerda católica com ativa militância cívica e política que afeta sensivelmente a categoria profissional. O terceiro é o espriar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social. O quarto é o referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imanta por dimensões críticas e nacional-populares (NETTO, 2007, p. 140-141).

Dito isso, evidencia-se que tal incidência com os movimentos sociais, direta ou indireta, não ocorreu sempre na direção do atendimento das demandas e interesses dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Ora, se nas primeiras quatro décadas de surgimento da profissão o Serviço Social incide nas relações sociais colaborando para a efetivação dos interesses da burguesia e do Estado burguês (CARVALHO; IAMAMOTO, 2003), operando sua função pedagógica junto aos trabalhadores, numa perspectiva de controle social sobre esta classe (ABREU, 2010), isso também vai se reproduzir no âmbito das repercussões profissionais junto aos movimentos sociais. Será somente a partir dos finais da

década de 1970 que o Serviço Social brasileiro se aproximará dos movimentos sociais na perspectiva de atuação que é conhecida hoje, a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Tal mudança de direção decorre da aproximação com a matriz teórica marxista – mesmo que primeiramente de forma enviesada – e, ainda, do próprio cenário sociopolítico de esgotamento da ditadura militar, de ressurgimento das mobilizações sociais e de efervescência dos novos movimentos sociais. Nesse sentido, pode-se dizer que a sua aproximação com os movimentos sociais a partir do final da década de 1970 refere-se, portanto, à resposta dada pelo Serviço Social às demandas das necessidades sociais dos trabalhadores, expressa também em sua luta enquanto classe trabalhadora.

A partir de então, o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social apresenta-se também como um dos principais fundamentos para a aproximação da profissão com os movimentos sociais, tendo em vista que se configura como uma “construção coletiva e como resultado de uma articulação, nos campos teórico, profissional e político, com os movimentos sociais” (PINHEIRO, 2010, p.93).

A construção histórica do PEP no Brasil foi marcada pelo engajamento político dos profissionais junto aos movimentos sociais democráticos da época, em um contexto de profundas transformações político-econômicas do país, o que levou, marcadamente a partir dos anos 1980 e de forma consolidada nos 1990, a um processo de busca de ruptura com o conservadorismo presente na categoria profissional. É importante evidenciar que o conservadorismo nunca foi plenamente eliminado do interior da profissão, mas que, a partir dos anos 1980, a matriz crítica marxista torna-se hegemônica no seio da profissão, o que permite considerar, mesmo que de forma geral, o processo concreto de ruptura conservadora. O projeto profissional, que reflete a renovação da profissão, passa então a ter uma direção social vinculada aos interesses e lutas da classe trabalhadora.

Sob a influência das críticas operadas no bojo do Movimento de Reconceituação Latino Americano e da aproximação com o marxismo, origina-se uma nova ética profissional com novos rumos e direcionamentos, construindo assim uma nova moralidade pautada na participação política e no trabalho com movimentos populares (VIANA & DIA, 2013, p. 3).

Dessa forma, o projeto societário vinculado ao projeto profissional do Serviço Social, a partir da incorporação do PEP, constitui-se como um projeto coletivo de classe, defendendo os interesses da classe trabalhadora. Reflete a busca por uma sociedade igualitária, sem dominação nem exploração de nenhum ser humano sobre o outro (NETTO, 2006). Tendo em vista a defesa desse novo projeto societário, é imprescindível a articulação de assistentes

sociais com os movimentos sociais da classe trabalhadora, pois não é possível construir uma nova sociedade apenas com uma categoria profissional.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes (NETTO, 2006, p. 11).

Um elemento importante nesse contexto foi a construção da identificação do/a assistente social enquanto parte da classe trabalhadora, o que levou a adoção de alternativas políticas e profissionais junto aos movimentos sociais, além da intensificação das aspirações democráticas e populares que resultaram na ampliação dos espaços de participação, poder e pressão da categoria profissional (SOUZA, 1985 apud MORO e MARQUES, 2011).

Como resultado desse processo de reconhecimento enquanto classe trabalhadora, foi criada, no ano de 1983, a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), que representou a expressão máxima da organização da categoria, demarcando assim a articulação político-organizativa da profissão junto às demais lutas sociais em curso na sociedade.

Coube a essa entidade fortalecer os vínculos da profissão com as lutas gerais da classe trabalhadora, além de garantir o encaminhamento das demandas específicas da categoria, tais como o plano de cargos e carreiras dos servidores públicos federais (PCC) e as condições de trabalho, salário e carga horária dos assistentes sociais (MORO e MARQUES, 2011, p. 26).

É, portanto, a partir dessa organização dos assistentes sociais, reconhecendo-se como trabalhadores e trabalhadoras, como profissionais assalariados<sup>9</sup>, que se pode pensar no início do estabelecimento de um vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais (MORO e MARQUES, 2011, p.27).

Desse modo, é nesse período que há um alargamento dos espaços de intervenção dos assistentes sociais, onde a atuação junto aos movimentos sociais passa a ser uma possibilidade de campo de trabalho. O Código de Ética profissional implementado em 1993 reforça isso ao

---

<sup>9</sup> É importante destacar a diferenciação entre militância política e exercício profissional, que se coloca como desafio ao trabalho junto a movimentos sociais. É por meio do reconhecimento como trabalhador que o assistente social se vincula a esse espaço sócio ocupacional, compreendendo assim a dimensão política de sua intervenção e extrapolando a natureza meramente militante desse campo. Nessa perspectiva, Yamamoto (2004) chama a atenção para a possibilidade da perda de fronteira entre exercício profissional e militância política, que se coloca como desafio ao chamado “Serviço Social Alternativo”.

estabelecer como um direito do assistente social a possibilidade de “apoiar e/ou participar de movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2012, p.34).

Dessa forma, pensar o trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais é retomar a história da profissão uma vez que

a relação profissional com as lutas sociais [...] é intrínseca ao Serviço Social como profissão. Essa relação é o fundamento primeiro de sua origem em um momento de acirramento da questão social, sintetizada no confronto das classes sociais, entre dominados e dominadores na sociedade capitalista (LOPES et al, 2014, p. 204).

Apesar de toda a trajetória da profissão com as lutas sociais, ainda há uma “[...] dificuldade do Serviço Social em tomar a sua inserção junto aos movimentos sociais como trabalho profissional” (DURIGUETTO, 1995, p.145). Nesse sentido destaca-se a importância do presente trabalho ao ressaltar a relevância da atuação profissional junto aos movimentos sociais, apontando as possibilidades de trabalho nesses espaços sócio-ocupacionais como forma de responder a essa dificuldade presente no interior da profissão.

Para pensar essas possibilidades de trabalho, é preciso que a relação do Serviço Social com os movimentos sociais avance para além da trajetória de surgimento e de consolidação da profissão e se materialize através do trabalho desenvolvido por assistentes sociais. É somente através dessa atuação que é possível concretizar a relação histórica da profissão com as lutas sociais, tendo clareza da direção social vinculada à luta e à organização da classe trabalhadora, que deve permear toda a intervenção profissional.

Por atuar nas diferentes manifestações da questão social, o/a assistente social trabalha com as mais variadas formas de resistência da classe trabalhadora frente às desigualdades resultantes da contradição capital-trabalho. Os movimentos sociais, como expressões da luta de classes, condensam essas formas de resistência. Sendo assim, atuar junto às organizações da classe trabalhadora é trabalhar com o objeto profissional do Serviço Social.

Uma das principais finalidades do trabalho do Serviço Social junto a movimentos sociais é o fortalecimento dos processos de participação política dos sujeitos com que se desenvolve o trabalho. É por meio dessa vinculação com as lutas sociais que se estabelece um processo de fortalecimento da democracia, que se coloca como princípio fundamental estabelecido no Código de Ética profissional como “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 2012, p. 23).



Os movimentos sociais, ao apresentarem respostas às reivindicações da população, estabelecem-se como meios de encaminhamento de suas necessidades coletivas (PINHEIRO, 2010). Dessa forma, respondem a demandas coletivas dos sujeitos com que o Serviço Social trabalha. E é nessa perspectiva que a interlocução de assistentes sociais com os movimentos sociais se faz tão necessária, pois muitas das demandas presentes no cotidiano de trabalho do/a assistente social podem ser atendidas pelos movimentos sociais que lutam pelos interesses das populações atendidas.

Os/as assistente sociais atuam com os movimentos sociais por meio de duas principais referências institucionais distintas que apresentam possibilidades de trabalho junto a essas organizações.

[...] a primeira diz respeito ao trabalho profissional do assistente social realizado nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como empregadora desses profissionais; e a segunda refere-se ao trabalho que o assistente social desenvolve junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional (CARDOSO e LOPES, 2009, p. 1).

Vale destacar que o primeiro contexto institucional do trabalho profissional, citado acima, onde o assistente social é contratado pelas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, ocorre também em movimentos mais amplos, que possuam uma maior estrutura de organização, como os movimentos sindicais, os movimentos do campo, principalmente no que se refere aos programas de assentamentos da reforma agrária, e alguns movimentos feministas.

Assim, o estabelecimento de um vínculo orgânico do Serviço Social aos interesses populares se expressa no âmbito da formação profissional, da organização político-sindical da categoria e do trabalho em instituições públicas e privadas (RAICHELIS, 1982 apud MORO e MARQUES, 2011).

Essa vinculação da profissão com as lutas sociais se apresenta como uma forma de possibilitar a efetivação do PEP, na medida em que “debater a relação do Serviço Social com os movimentos sociais urbanos é requisito central para revigorar o Projeto Ético-Político da profissão” (FARAGE, 2014, p. 245). Os movimentos sociais se apresentam, portanto, como esferas de viabilização dos princípios que orientam o projeto profissional (PINHEIRO, 2010).

O trabalho profissional desenvolvido nesse campo pode assumir duas grandes perspectivas teóricas e político-ideológicas que fazem referência a distintos projetos profissionais e projetos societários em disputa:

1) a perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas; 2) a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas (CARDOSO e LOPES, 2009, p.11).

O/a assistente social deve assumir a primeira perspectiva, a partir das diretrizes do PEP, principalmente no que se refere à direção social vinculada aos interesses da classe trabalhadora e à luta pela superação da ordem do capital que devem nortear toda ação profissional (FARAGE, 2014). Assim sendo, a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais visa também ao fortalecimento do PEP profissional, pois exige a adoção do projeto profissional e do projeto societário vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

#### **4.2 A experiência de Estágio Curricular Obrigatório no Centro Pop I**

No período de março de 2016 a junho de 2017, foi realizado o Estágio Curricular Obrigatório de Serviço Social no Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro Pop I), no município de Porto Alegre. Todo o processo de estágio, principalmente de desenvolvimento do projeto de intervenção, foi de extrema importância para a elaboração do presente trabalho, pois possibilitou uma primeira aproximação com o MNPR de Porto Alegre.

O Centro Pop I é uma instituição pública, estatal, laica, vinculada à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e gerida no âmbito municipal pela prefeitura de Porto Alegre. Define-se como uma unidade de referência para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e possui como principal objetivo a prestação de atendimento e acompanhamento social, com enfoque no coletivo, a indivíduos adultos, idosos e famílias em situação de rua em Porto Alegre (FASC, 2012).

O Estágio Curricular Obrigatório do curso de Serviço Social da UFRGS é organizado em três etapas, cada uma com duração de um semestre, em que devem ser realizadas 180 (cento e oitenta) horas de estágio em campo. Na primeira etapa, no Estágio I, foi construída a análise sócio-institucional do Centro Pop I, enquanto no Estágio II foi elaborado um projeto de intervenção, produto da análise, tendo em vista atender a demandas da instituição e, por último, no Estágio III foram realizadas a execução e a avaliação da intervenção planejada. O projeto de intervenção coloca-se, portanto, como um dos principais produtos do estágio.

O projeto realizado, intitulado “O protagonismo da população em situação de rua para além do Centro Pop I: aproximação com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)”, foi construído a partir da identificação de algumas demandas no contexto institucional. Dentre essas demandas, destaca-se o desconhecimento tanto por parte dos trabalhadores e dos usuários do Centro Pop I acerca do MNPR de Porto Alegre. Além disso, a importância do fortalecimento da autonomia e da mobilização coletiva dos usuários, previsto como um dos objetivos específicos da instituição enquanto “incentivo à participação e mobilização social, com vistas a desenvolver processos críticos de enfrentamento coletivo da situação vivenciada e reinserção familiar e/ou comunitária” (FASC, 2012), somou-se como uma das justificativas para a execução do projeto. Também identificou-se o fato de que as demandas coletivas trazidas pelos usuários representavam questões de uma conjuntura maior, vinculadas a aspectos estruturais que somente o Centro Pop I não tinha condições de atender. Nesse sentido, o MNPR, enquanto movimento social da população de rua, pode responder a essas demandas por meio de suas lutas e reivindicações, sendo um agente de transformação das questões estruturais do município que afetam essa população.

Sendo assim, o projeto de intervenção teve como objetivo geral fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva dos usuários do Centro Pop I, tendo em vista a participação dos mesmos no MNPR de Porto Alegre. Os objetivos específicos foram os seguintes: articular a equipe de trabalhadores do Centro Pop I e os integrantes do MNPR; socializar informações acerca do MNPR, visando a garantia do direito dos usuários de acesso ao movimento e refletir acerca da relação do Centro Pop I com o MNPR. A fim de atingir esses objetivos, a execução do projeto foi dividida em três etapas. A primeira etapa foi composta pelo aprofundamento teórico do tema do projeto, pela sua elaboração e pela apresentação do mesmo à equipe de trabalhadores do Centro Pop I, às supervisoras de campo e acadêmica e ao MNPR. A segunda etapa do projeto de intervenção foi composta por diversas atividades voltadas à aproximação do Centro Pop I com o MNPR. Nessa etapa, a estagiária, junto aos usuários da instituição, participaram de 23 reuniões do MNPR, ao todo, além da participação em atividades como as reuniões de comitês estadual e municipal da Política Nacional da População de Rua (Municipal e Estadual), de manifestações e protestos organizados pelo MNPR, de audiências públicas e da atividade do grande encontro da população em situação de rua do município, todas atividades organizadas pelo MNPR.

Figura 32 - Participação em protesto realizado pelo MNPR



Fonte: SUL21 (2016).

A terceira etapa do projeto foi composta pelas atividades que ocorreram no espaço do Centro Pop I. Dentre essas atividades, destacam-se a assembleia dos usuários do Centro Pop I, que contou com representação do MNPR, a reunião de representantes do MNPR com a estagiária e a assistente social da instituição a fim de planejar ações de aproximação entre os dois espaços, e, por fim, a reunião semanal do MNPR que, ao invés de ocorrer na Escola Porto Alegre, ocorreu no Centro Pop I, conforme mostra a imagem abaixo.

Figura 33 - Reunião do MNPR no Centro Pop I



Fonte: a autora (2017).

No total foram realizadas 39 atividades do projeto de intervenção ao longo do Estágio II e III. Nessas atividades houve a totalidade de 57 participações de usuários do Centro Pop I.

Como um todo, a execução do projeto de intervenção possibilitou uma aproximação entre o Centro Pop I e o MNPR de Porto Alegre. Ademais, resultou em maior conhecimento por parte dos usuários do Centro Pop I sobre o MNPR, na consolidação da articulação da equipe de trabalhadores do Centro Pop I com o MNPR e na ampliação da autonomia e da mobilização dos usuários da instituição, expressas no nível de engajamento destes no MNPR e na frequência de participação de suas atividades.

Além disso, a questão de maior destaque evidenciada pelo projeto de intervenção foi a importância do trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais, uma vez que o MNPR se mostrou enquanto um potente recurso para fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva da população em situação de rua, o que é um dos objetivos da oferta dos serviços do Centro Pop I.

A articulação do MNPR com o Centro Pop I não surgiu apenas como uma demanda da instituição, pois também era uma necessidade do MNPR de realizar seu trabalho de base, aproximando-se da população de rua do município. Além do mais, o projeto de intervenção possibilitou revigorar a história do MNPR em Porto Alegre, que teve início na antiga Casa de Convivência, surgindo a partir de uma parceria entre trabalhadores e população de rua. Nesse sentido, aponta-se a necessidade da articulação de trabalhadores de instituições que atuam com a população em situação de rua, como o Centro Pop I, com organizações protagonizadas por essa população, como o MNPR.

Ressalta-se também que a experiência de estágio foi realizada em um contexto de extrema precariedade das políticas públicas, relacionado ao contexto de crise cíclica do capital e de completo desmonte da política de assistência social do município de Porto Alegre. Desse modo, o estágio teve como cenário uma instituição com escassez de recursos humanos e materiais e foi neste contexto adverso que a aproximação com o MNPR foi de extrema importância, pois esse movimento social se coloca como um parceiro na luta contra a precarização dos serviços de atendimento à população em situação de rua, como o Centro Pop I.

#### **4.3 As possibilidades de trabalho de assistentes sociais junto ao MNPR de Porto Alegre**

A relação do Serviço Social com os movimentos sociais se materializa por meio do trabalho desenvolvido por assistentes sociais junto às organizações vinculadas aos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, o principal instrumento normativo da profissão, a Lei de Regulamentação da Profissão - Lei nº 8.662 (BRASIL, 1993), reforça essa relação ao

estabelecer como uma competência profissional “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (CFESS, 2012, p. 45).

Essa competência profissional se expressa em diferentes possibilidades de trabalho junto aos movimentos sociais, principalmente ao MNPR. Nessa perspectiva, é válido destacar que o trabalho do/a assistente social junto ao MNPR de Porto Alegre não pressupõe a sua contratação por esse movimento, mas, sim, diz respeito às estratégias e possibilidades de desenvolvimento da intervenção profissional de forma conjunta a essa organização da população em situação de rua. É a partir da compreensão de que o trabalho do/a assistente social não se limita somente à instituição ou a política pela qual foi contratado que se torna possível vislumbrar essas inúmeras outras possibilidades de trabalho junto a movimentos sociais.

A intervenção de assistentes sociais nesse campo pode ser dividida em duas principais modalidades, de atuação direta ou indireta com o MNPR.

**1. Atuação direta:** refere-se à atuação do/a assistente social diretamente no espaço do MNPR. Os principais sujeitos com que o/a assistente social trabalha são os militantes e apoiadores que compõem o MNPR no município de Porto Alegre.

**2. Atuação indireta:** compreende a atuação do/a profissional que trabalha nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais de Porto Alegre, principalmente vinculados às políticas públicas como saúde e assistência social, e que dispõem como parcela ou totalidade da população usuária atendida a população de rua. Na atuação indireta, o principal sujeito é a população usuária das políticas em que o/a assistente social trabalha.

Para facilitar a compreensão, serão enumeradas as possibilidades de trabalho do assistente social em cada uma das modalidades acima descritas, iniciando-se pela **atuação direta**, na qual o/a assistente social pode dispor em seu processo as seguintes estratégias:

### ***1.1 Assessoria técnica e política***

Diz respeito à atuação político-organizativa do/a assistente social, que pode trabalhar com a mobilização social e com a organização dos militantes e apoiadores do MNPR de Porto Alegre, auxiliando na criação de mecanismos de resistência e de luta (CARDOSO e LOPES, 2009).

É preciso conceituar a assessoria como um instrumento de aproximação e acompanhamento de indivíduos ou grupos no enfrentamento de demandas que surgem na



dinâmica das organizações (FERNANDES e MACIEL, 2009). Assim, a assessoria técnica e política junto ao MNPR de Porto Alegre visa ao atendimento de demandas específicas do coletivo, a fim de contribuir para o fortalecimento de sua organização.

Os principais passos metodológicos do trabalho do/a assistente social no âmbito da assessoria técnica e política ao MNPR são os seguintes: contato inicial com o MNPR para avaliar as demandas; análise das demandas a fim de compreender o que está por detrás do demandado inicialmente; definição do contrato de trabalho e de combinações acerca da operacionalização da assessoria; investigação diagnóstica e análise da dinâmica de organização do MNPR; operacionalização e construção de processos participativos; estabelecimento de metas e do planejamento da intervenção; implementação das práticas construídas; avaliação de resultados através de indicadores; devolução sistemática ao MNPR dos resultados da assessoria e acompanhamento das ações planejadas (FERNANDES e MACIEL, 2009).

## ***1.2 Formação política***

Uma das principais contribuições do Serviço Social para os movimentos sociais é a possibilidade que os/as assistentes sociais têm de “contribuir para a formação política dos sujeitos sociais integrantes dos movimentos sociais urbanos e para o processo de formação da consciência, a partir da apreensão das contradições capital x trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora” (IASI, 2001 apud FARAGE, 2014).

Nesse sentido, atuando diretamente com os militantes e apoiadores do MNPR, o/a assistente social tem função essencial no processo de formação desse movimento, buscando proporcionar processos de formação política e crítica de seus integrantes a fim de conquistar gradualmente níveis de consciência de classe.

O/a assistente social pode atuar, portanto, por meio de atividades educativas formadoras, dispondo de seus aparatos teórico-metodológicos para explicar a realidade por meio da utilização do método dialético-crítico. A partir do método, o/a assistente social pode auxiliar os integrantes do MNPR a analisar a realidade, captando as contradições que a movem e compreendendo a sua totalidade, expressas na conexão entre as múltiplas determinações da realidade. Essas atividades pedagógicas também precisam abarcar a historicidade presente no MNPR e em seus integrantes, buscando desvendar a trajetória dos sujeitos e sua relação com as expressões da questão social vivenciadas pela população de rua, que são também as pautas de luta do MNPR. Faz-se necessário também resgatar a gênese

desse movimento em Porto Alegre, analisando as transformações que ocorreram em sua organização ao longo do tempo (CLOSS, 2015).

Essa possibilidade de atuação vincula-se à função pedagógica da dimensão interventiva do Serviço Social, a qual se faz presente no desenvolvimento do trabalho profissional, seja na produção de conhecimento, na atuação político-organizativa ou na formação profissional. Para entender a função pedagógica, é preciso compreender que o trabalho de assistentes sociais ocorre no âmbito das relações sociais de classe na sociedade capitalista, constituindo-se como área do conhecimento e de trabalho que interfere diretamente na produção e reprodução da classe trabalhadora (LUSA e MIZOGUCHI, 2018, no prelo).

Assim sendo, são produzidas transformações no modo de vida e de pensamento da classe trabalhadora por meio do trabalho do/a assistente social. Essas transformações se relacionam à função pedagógica da profissão, que pode se orientar a partir de duas diferentes perspectivas: segundo o viés da conformação da classe trabalhadora em relação à produção e reprodução social, colaborando, assim, para o controle social e subalternização dos indivíduos; ou de acordo com o viés de uma sociabilidade produtora de resistências e de contraposição à ordem do capital (ABREU, 2010).

Essa segunda e última perspectiva se relaciona de forma direta com a atuação do/a assistente social na formação política do MNPR de Porto Alegre, pois o seu trabalho com esse movimento pressupõe o desenvolvimento de uma pedagogia de resistência de perspectiva emancipatória das classes subalternas (LOPES et al, 2014).

É preciso também destacar que o/a assistente social, ao atuar nesses processos de formação, contribui na produção e socialização de conhecimentos acerca do MNPR (CARDOSO e LOPES, 2009).

Já a **atuação indireta** se manifesta nas seguintes possibilidades de intervenção profissional:

### ***2.1 Socialização de informações***

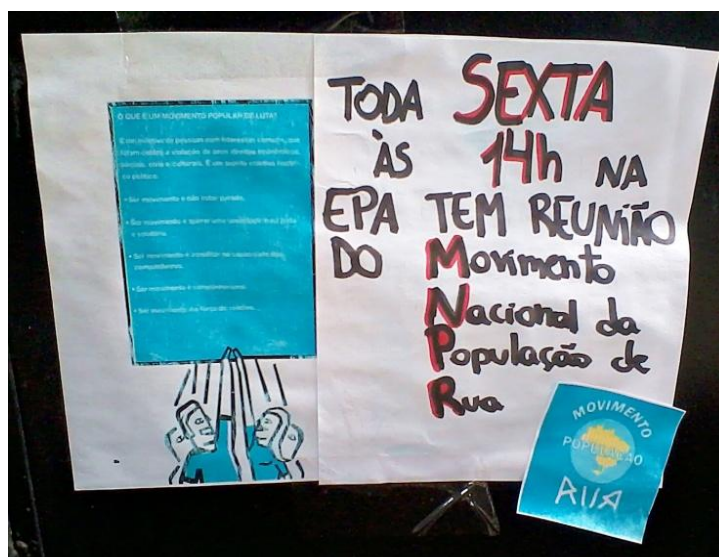
Conforme apontado pelo projeto de intervenção desenvolvido no Centro Pop I junto ao MNPR de Porto Alegre, uma das principais possibilidades de trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais se dá por meio do incentivo à participação dos usuários no movimento como forma de fortalecer sua autonomia e sua participação política. Esse incentivo ocorre através da socialização de informações sobre os movimentos como a divulgação de horário e local de encontro. Nas competências específicas dos assistentes

sociais no âmbito da política de Assistência Social, há uma dimensão interventiva que corresponde a

uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal. (CFESS, 2011, p. 19-20)

A divulgação do MNPR no Centro Pop I ocorreu por meio da confecção de cartazes, que continham informações sobre as reuniões do MNPR, além da realização de falas nos espaços dos grupos de acolhida e das assembleias dos usuários, explicando o que é e como é possível participar do MNPR.

Figura 34 - Cartaz de divulgação da reunião do MNPR colado em mural do Centro Pop I



Fonte: a autora (2017).

É importante também ressaltar que esse incentivo à participação em movimentos sociais também pode ocorrer por meio da oferta de facilitadores para a sua participação, como a disponibilização de transporte que leve e busque nas atividades das organizações. No Centro Pop I, no período da realização do projeto de intervenção, era sempre disponibilizado o transporte da instituição nos dias da reunião e nas demais atividades do MNPR, o qual levava e buscava os usuários, facilitando, assim, a sua participação nas atividades do MNPR.

## ***2.2 Participação conjunta nas atividades do MNPR***

Posterior à socialização de informações sobre o MNPR, uma das possibilidades de atuação indireta do assistente social com o MNPR de Porto Alegre é a participação conjunta com os usuários da instituição nas atividades organizadas pelo movimento. Essa possibilidade de trabalho vincula-se ao Código de Ética profissional que estabelece como um dos direitos do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2012, p.34).

Nesse sentido, o/a assistente social tem como direito a participação no MNPR como parte constitutiva de seu trabalho. É preciso que, dentro de sua carga horária de trabalho, seja disponibilizado tempo para seu trabalho desenvolvido junto a movimentos sociais.

Além disso, a participação do assistente social nas atividades do MNPR é uma forma de aproximação do profissional e da instituição onde trabalha com o MNPR. É de extrema importância que haja articulação das instituições que atendem a população de rua do município com o movimento social que representa as demandas e interesses coletivos dessa população, pois ambos buscam a efetivação dos direitos das pessoas que vivem nas ruas e, por isso, devem atuar como parceiros.

Ademais, o acompanhamento do profissional nas atividades do MNPR visa ao incentivo da participação da população de rua no movimento. No estágio no Centro Pop I, a participação da estagiária nas atividades do MNPR incentivava os usuários da instituição a participar, pois sabiam que não estariam sozinhos em um espaço coletivo que ainda não conheciam, como foi o caso das primeiras reuniões, uma vez que muitos usuários desconheciam o MNPR.

A socialização das informações pode não ser suficiente para que o usuário se sinta encorajado e motivado a participar do MNPR e, por isso, a atuação do/a assistente social por meio da participação conjunta com o usuário nas atividades do MNPR é importante para que se efetive a sua participação nesse movimento.

É relevante registrar que, aos poucos, deve-se trabalhar com a autonomia participativa dos usuários, possibilitando-lhes participar sozinhos e autonomamente, independentemente da participação direta da equipe. Possivelmente neste momento mais avançado, os usuários já estarão envolvidos em uma participação de militância no movimento social, o que por si só, se decorrente de um processo de deliberação autônoma e com liberdade, será favorável ao próprio atendimento deles no serviço ou equipamento social.

### ***2.3 O MNPR no planejamento dos Planos de Acompanhamento Individuais e/ou Familiares junto à população de rua***

Um dos principais instrumentos de trabalho do/a assistente social que atua nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais, principalmente vinculados à política de assistência social, é o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar. A principal função desse instrumento é organização da atuação interdisciplinar da equipe da instituição, delineando operacionalmente e metodologicamente as ações de todos os profissionais (BRASIL, 2011). O Plano deve ser elaborado de forma conjunta pelo usuário e pela equipe interdisciplinar que o atende, incluindo aí o assistente social, de forma a considerar as especificidades e particularidades do acompanhamento especializado de cada usuário. Além disso, esse instrumento objetiva “a construção de novos projetos de vida; a descoberta e a potencialização de recursos para o enfrentamento e a superação de situações adversas; o fortalecimento da coletividade e o incentivo à participação social” (BRASIL, 2011).

É com base nessa última questão, da coletividade e da participação social, que o MNPR se apresenta como um importante recurso a ser incluído na construção dos Planos, pois estes devem abarcar todos os recursos, as potencialidades dos sujeitos acompanhados e da rede de articulação disponível no território (BRASIL, 2011). Assim o MNPR se coloca como uma possível estratégia para o fortalecimento dos vínculos comunitários dos usuários e deve ser incluído na construção dos Planos, a partir de uma avaliação do usuário acompanhado e da equipe.

O planejamento e o desenvolvimento do Plano de Acompanhamento demanda a articulação em rede com os demais serviços, órgãos e instituições que realizam o acompanhamento do usuário em questão. Assim sendo, para aqueles usuários que já participam do MNPR é importante que o/a assistente social contate o movimento a fim do planejamento, do acompanhamento contínuo e da avaliação das ações do Plano de Acompanhamento.

Feitas estas considerações sobre as estratégias de atendimento que podem ser acionadas no processo de trabalho em um serviço ou equipamento social, para desenvolver um trabalho articulado com as lutas e, em especial, com os movimentos sociais da classe trabalhadora, passa-se a tecer algumas considerações conclusivas.

A vinculação do Serviço com os movimentos sociais se expressa em toda a história da profissão. No âmbito das lutas sociais da classe trabalhadora, tem como marco inicial o movimento de reconceituação da profissão, que afirmou a vinculação do Serviço Social com as lutas sociais e com a defesa dos interesses desta classe. Tendo como pano de fundo a



relação profissional com as lutas sociais, foi desenvolvido o projeto de intervenção do Estágio Curricular Obrigatório de Serviço Social realizado no Centro Pop I, o qual buscou a aproximação da instituição com o MNPR, como forma de incentivar a participação dos usuários nesse espaço e fortalecer a sua autonomia e mobilização coletiva, conforme discutido anteriormente.

Como resultados do projeto, estão as inúmeras possibilidades de trabalho do/a assistente social no MNPR de Porto Alegre, tendo sido destacadas aqui algumas delas. Entende-se que trabalhar junto à população em situação de rua do município de Porto Alegre pressupõe atuar junto ao MNPR. Não é possível uma atuação profissional, alicerçada nos princípios do projeto ético-político profissional, que não dialogue com o principal movimento social organizado pela população de rua do município.

O trabalho do/a assistente social não se faz apenas com base nas normas operacionais de execução dos serviços e equipamentos, mas, sem desconsiderar estas, deve avançar para abarcar o movimento do real, ou seja, os processos sociais que exprimem a materialidade da vida cotidiana e conferem concretude à realidade. O trabalho profissional não ocorre de forma isolada e também não se restringe aos espaços e determinações das instituições empregadoras. É a partir dessa compreensão que reside um dos significados concretos da autonomia relativa discutida e defendida pela profissão, a qual pode ser posta em movimento na articulação com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho proporcionou um maior aprofundamento na temática da população em situação de rua e dos movimentos sociais, tendo papel determinante na construção da identidade profissional da pesquisadora enquanto assistente social que tem visualizado nessas áreas importantes campos de atuação futura. Esse aprofundamento também compreendeu a apreensão de técnicas de pesquisa como a documentação fotográfica e de todos os desafios que acompanham a sua aplicação enquanto técnica que não é amplamente utilizada pelo Serviço Social. Por meio da realização do trabalho também foi possível apropriar-se de alguns conceitos centrais acerca da temática da pesquisa.

A conceituação sobre a população em situação de rua costuma se remeter à noção da moradia, mais especificamente à sua ausência, como definidora dessa população. No entanto, a situação de rua se estabelece como expressão da questão social permeada pela relação estabelecida entre a população que vive nas ruas e o trabalho. Assim sendo, é preciso se referir a essa relação para conceituar essa população, pois as determinações históricas que levaram ao surgimento e ao desenvolvimento da situação de rua têm centralidade no trabalho. Por isso, para compreender a situação de rua, é necessário analisá-la inserida no modo de produção capitalista, buscando entender a funcionalidade dessa condição para esse modo de produção a partir a lei geral de acumulação capitalista.

Dessa forma, no contexto da sociedade capitalista, a situação de rua se estabelece enquanto uma expressão da questão social, como desigualdade resultante da contradição capital-trabalho. Contudo, a realidade da rua não pode ser somente definida pelas expressões da questão social relacionadas a desigualdades, violências e demais violações de direitos. É preciso lembrar que questão social é também resistência e se manifesta nas diferentes formas de organização da classe trabalhadora.

A população em situação de rua reage frente às desigualdades que vivencia e manifesta sua luta por meio de sua participação protagonista no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). E é nesse rico campo que o assistente social deve realizar seu trabalho tendo como objeto da intervenção profissional a organização e a mobilização coletiva da população em situação de rua no MNPR.

Os movimentos sociais constituem-se em importantes espaços sócio-ocupacionais para o desenvolvimento do trabalho do/a assistente social. No MNPR de Porto Alegre, o/a assistente social pode atuar de forma direta ou indireta com esse movimento social, sendo que a atuação indireta é a principal forma de trabalho do profissional nesse espaço sócio-

ocupacional. Além disso, conforme exposto através da experiência de estágio, a atuação nesses espaços deve também ocorrer por estudantes de Serviço Social, assistentes sociais em formação, pois os movimentos sociais possibilitam uma rica aprendizagem necessária à formação profissional.

Retomar a vinculação da profissão com os movimentos sociais diz respeito também à revigoração do projeto ético-político do Serviço Social e representa a retomada da relação histórica da profissão com as lutas sociais. Frente à conjuntura atual de acirramento da questão social, no qual há um aumento da precarização das condições de vida da população em situação de rua, torna-se uma necessidade o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais com vistas à construção de outra sociabilidade.

Nessa perspectiva, um constante desafio para o trabalho do/a assistente social junto à aos movimentos sociais da população em situação de rua diz respeito à falta de condições mínimas de sobrevivência dessa população. O contexto de extrema fragilidade presente na rua resulta em inúmeras dificuldades de se organizar e se mobilizar coletivamente. Devido a isso, é preciso sempre trabalhar na perspectiva da garantia de direitos básicos dessa população como alimentação e moradia. Ademais, cabe ao profissional atuar no sentido de superar a fragmentação e a individualização das demandas das pessoas em situação de rua, possibilitando a compreensão de que as suas necessidades são coletivas. A partir da satisfação dessas necessidades básicas e da apreensão da dimensão coletiva da rua torna-se possível a vinculação em um movimento social como o MNPR.

Ressalta-se que o conhecimento produzido nesse trabalho deve servir como instrumento de trabalho do/a assistente social, respaldando o trabalho profissional junto à população em situação de rua e junto a movimentos sociais. Além disso, é válido também destacar a importância da utilização da técnica de documentação fotográfica como instrumento de pesquisa, pois, por meio desta, foi possível uma maior aproximação com os militantes do MNPR de Porto Alegre, além da importante contribuição que os materiais produzidos na pesquisa trouxeram para esse movimento social. Nesse sentido, ressalta-se a importância do Serviço Social, enquanto área de conhecimento, buscar e se apropriar de novas técnicas e recursos de pesquisa de outras áreas, de forma a possibilitar a realização de um trabalho qualificado, que considere e dialogue com as especificidades dos sujeitos pesquisados.

Através da elaboração e da execução do projeto de pesquisa do trabalho de conclusão de curso foi possível concretizar a dimensão investigativa da profissão, a qual está presente em toda intervenção do/a assistente social. Contudo, como a realidade é composta por

múltiplas determinações e o trabalho investigativo desta pesquisa resulta em parcelas e recortes provisórios da realidade, é preciso ter uma atitude investigativa permanente, a fim de aproximar-se cada vez mais do concreto, da essência do real. Sendo assim, a pesquisa não deve ser uma ação pontual, mas, sim, contínua em todo o processo de formação e, posteriormente, no exercício profissional, dado que pesquisar e conhecer a realidade é também conhecer o próprio objeto de trabalho do Serviço Social.

## 6 REFERÊNCIAS

ABESS-CEDEPS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. O Serviço Social no Século XXI, São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, p. 58-76, abr. 1996.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALICE. **Boca de rua/Boquinha**. Linhas e Projetos. Canais de Comunicação. Disponível em: <<http://www.alice.org.br/mais-projetos/linha-1-%E2%80%93-novos-canais-de-comunicacao/boca-de-rua/>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional Para A População em Situação de Rua**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS/Sagi, abr. 2008. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua**, Vol. 3. Brasília, 2011. 166 p.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Brasília, DF, 07 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRAZ, Marcelo. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das ciências sociais. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Org.). **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos**: desafios atuais. São Paulo: Cortez, 2012. Cap. 4. p. 111-145.



BURSZTYN, M. (org.) **No meio da Rua – Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamound, 2003.

CAMPOS, Richard de et al. "A luta é constante": do Movimento Aquarela da População de Rua ao Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul. In: SCHUCH, Patrice et al (Org.). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. Porto Alegre: Cirkula, 2017. Cap. 3. p. 183-197.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS-Abepss, 2009.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15ª ed. São Paulo, Cortez, CELATS, 2003.

CASTELLS, M. **Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madrid**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília: Câmara Brasileira do Livro, 2012. 60 p. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A temática dos movimentos sociais e sua incorporação no Serviço Social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

E SE ESSA RUA FOSSE MINHA. Disponível em: <<http://grupothema.wixsite.com/tuberculose2015>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. Cap. 5. p. 245-277.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; MACIEL, Ana Lucia. **Requisições para o trabalho do Assistente Social**. Porto Alegre: Garturk, 2009.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (FASC). **Projeto do Centro Pop – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua**. Porto Alegre, março de 2012.

GEHLEN, Ivaldo et al. Dinâmicas, estratégias e mundo da população em situação de rua de Porto Alegre. In: SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos (Org.). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. Porto Alegre: Cirkula, 2017. Cap. 1. p. 17-43.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 239 p.

GOHN, Maria da Glória. Quadro referencial teórico. In: GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017. Cap. 1. p. 13-27. (Coleção questões da nossa época).

GURAN, Milton. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica: notas e reflexões**. XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2012, 116 p.

HARVEY, David. **Para entender O capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013. 326 p.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2008.

LINDEN, Marcel van der. **O conceito marxiano de proletariado: uma crítica**. Sociol. Antropol. vol.6 no.1 Rio de Janeiro jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752016v6i14>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. Parte II, cap. 2. p. 195-214.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUSA, Mailiz Garibotti; MIZOGUCHI, Jéssica Flores. **Movimentos sociais e Serviço Social: por uma pedagogia emancipatória e revolucionária**. In: VIII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. Cascavel, Paraná, 2018, Cascavel. No prelo.

MANINI, Miriam P. **Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários.** São Paulo, 2002. Tese (doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, USP.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

MENDES, Ana. **Nos conhecemos há anos, nunca nos vimos durante o dia! : a sociabilidade construída a partir da boemia, da dança e dos jogos de sedução: Uma fotoetnografia do Clube do Choro de Porto Alegre.** 2010. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/29115>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 108 p.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 384 p. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

MORO, Maristela dal; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 21, p.13-47, jan/jun. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2185>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar.** Cartilha para formação política. 2010. 40 p.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **História do MNCR.** Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

NETTO, José Paulo (Org.). **O leitor de Marx.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 503 p.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** In: MOTA et al (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2007.

NOVAES, Janicássia Moreira de. **Instrumentalidade do Serviço Social: A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social.** Faculdade Unopar Ead. 2012.

PAULA, Débora do Nascimento de. **DO MOVIMENTO DO PINCEL À MISTURA DAS CORES E À ARTE FINAL: o Serviço Social e o Processo de Participação da População em Situação de Rua.** 2009. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PENSAMENTO MARXISTA I. **Cap VI - Capital Constante e Capital Variável** (p. 224 a 236). Disponível em: <<http://marxistaufc.blogspot.com.br/2011/06/cap-iv-capital-constante-e-capital.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Movimentos urbanos: lutas e desafios contemporâneos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 119-135.

PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Gramma, 2010. 156 p.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social": Particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012. 272 p. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** 3. ed. Florianópolis: Editora da Ufsc, 1989. 150 p. (Série Didática).

SILVA, Tiago Lemões da. **De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos.** 2017. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos.** São Paulo: Cortez, 2013. 319 p.

SUL21. **Moradores em situação de rua protestam contra atrasos no aluguel social pela Prefeitura.** Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2016/06/moradores-em-situacao-de-rua-protestam-contr-a-trasos-no-aluguel-social-pela-prefeitura/>>. Acesso em: 22 mar. 2018

SUL21. **Movimentos de luta por moradia ocupam o Demhab em Porto Alegre.** Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2016/07/movimentos-de-luta-por-moradia-ocupam-o-demhab-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

TOURAINÉ, A. **A sociedade pós-industrial.** Lisboa: Moraes, 1970.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue:** política e sociedade na América Latina. Trad. de Iraci D. Poleti. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre.** Porto Alegre, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadastro de Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Laboratório de Observação Social. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/relatoriopopruajun08.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/relatoriopopruajun08.pdf)>. Acesso em: 6 mai. 2018.

VIANA, D. B.; DIA, R. M. **Projeto ético-político: quais os fios para a sua consolidação - Uma análise da efetivação do projeto ético-político do Serviço Social.** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte/MG, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n.110, pp.288-322. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>>. Acesso em: 13 abr. 2018.



## APÊNDICE A - Roteiro semi-estruturado de coleta de dados

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL****INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS DE PESQUISA  
ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE OBSERVAÇÃO PARA DOCUMENTAÇÃO  
FOTOGRAFICA**

Roteiro semi-estruturado de observação para documentação fotográfica referente à pesquisa “A atuação do Serviço Social junto a movimentos sociais: reflexões acerca do Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre” voltada para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, a ser elaborado pela discente Poliana Einsfeld da Silva sob orientação da Profª. Dra. Mailiz Garibotti Lusa.

**EIXO 1 - A realidade da rua**

- A relação do sujeito com a rua: moradia, trabalho, família, etc
- Produção de identidade pessoal a partir da relação com a rua;
- Tempo de vivência em situação de rua;
- Perspectiva de vida com relação à situação de rua.

**EIXO 2 - A organização e a participação no MNPR**

- Tempo de participação no MNPR;
- Instâncias de organização que o sujeito participa/participou dentro do MNPR;
- Definição de organização e participação no MNPR;
- Contribuições que o MNPR produziu na sua vida pessoal;
- Perspectivas de militância dentro do MNPR.

**EIXO 3 - O Serviço Social e o MNPR**

- Conhecimento acerca do Serviço Social;
- Experiências de atendimento por assistentes sociais;
- Compreensão acerca da importância da relação da profissão com o MNPR;
- Identificação de possibilidades de trabalho do assistente social com o MNPR.

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

***“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe com consentimento livre e esclarecido dos participantes, indivíduos ou grupos que, por si e/ou por seus representantes legais, manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.”***

(Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, \_\_\_\_\_ fui convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo *“A atuação do Serviço Social junto a movimentos sociais: reflexões acerca do Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre”*. Para tanto, recebi das pesquisadoras Poliana Einsfeld da Silva, graduanda do curso de Serviço Social e Mailiz Garibotti Lusa (professora orientadora), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsáveis pelo estudo, as seguintes informações que me fizeram entender, sem dificuldades e sem dúvidas, os seguintes aspectos:

- O objetivo deste estudo é analisar a organização da população em situação de rua no Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre (MNPR) a fim de identificar as possibilidades de trabalho do assistente social junto a movimentos sociais.
- A coleta de dados será realizada no período de abril a junho de 2018, através de documentação fotográfica, utilizando, apenas para as pesquisadoras, o roteiro semi-estruturado de orientação da observação. A coleta de dados acontecerá somente com a minha concordância e assinatura do presente documento (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE).
- Com a minha assinatura neste documento também autorizo, a título gratuito, o uso de minha imagem, tão somente para fins deste estudo, que terá como produtos: (I) fotolivre com resultados da pesquisa que será entregue, também gratuitamente, para cada um dos participantes e para as pesquisadoras; (II) arquivo digital com a documentação fotográfica que será entregue para a coordenação do MNPR e para as pesquisadoras; (III) o Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora Poliana Einsfeld da Silva que será defendido publicamente no curso de Serviço Social da UFRGS.
- Fui informado que a minha participação não comprometerá minha integridade física e moral, podendo eu responder às perguntas sempre expressando a verdade. Também fui informado que as pesquisadoras explicarão novamente cada uma das perguntas, caso eu necessite.
- Sei que poderei decidir e comunicar que não quero mais participar do estudo a qualquer momento e, também, que poderei retirar esta autorização, sem que isso me cause qualquer penalidade ou prejuízo.
- O benefício que poderei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente, é a construção de possibilidades de atendimento dos assistentes sociais junto ao MNPR de Porto Alegre.
- Fui informado que podem existir riscos com a minha participação na pesquisa, como algum tipo de constrangimento decorrente do resgate de alguma lembrança do passado, que me faça pensar sobre as dificuldades de viver em situação de rua. Mesmo assim, foi-me dito que tenho plena liberdade para recusar-me a responder qualquer pergunta, em qualquer momento da pesquisa. Em caso de ocorrência dos riscos previstos, o processo será encerrado e as pesquisadoras serão responsáveis pelo meu atendimento imediato.
- Foi-me dito que as informações que falarei durante a pesquisa não permitirão a minha identificação, exceto para as pesquisadoras. Também fui informado que a divulgação da análise da minha entrevista só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto, através de publicação de cunho científico, **sempre garantindo a minha não identificação nominal e pública.**
- Por outro lado, a documentação fotográfica somente permitirá a identificação da minha pessoa através das imagens (inominais), e tão somente para os fins e os produtos desta pesquisa, conforme me foi apresentado acima. A divulgação de todas as informações que tratam este item somente será realizada entre os profissionais estudiosos do assunto, sempre resguardada a minha não identificação nominal e pública.

- Fui informado que não terei qualquer despesa durante a pesquisa, estando estas sob a responsabilidade das pesquisadoras.
- Sei que o material coletado neste estudo ficará guardado na UFRGS (Anexo Saúde, Sala 302), por no mínimo 5 anos;
- Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em participar da entrevista e DANDO O MEU CONSENTIMENTO, SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO(A) OU OBRIGADO(A).

Endereço do(a) convidado-voluntário(a):  
 Domicílio: (rua, praça, conjunto):  
 Bloco: /Nº: /Complemento:  
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:  
 Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr(a).  
 Domicílio: (rua, praça, conjunto):  
 Bloco: /Nº: /Complemento:  
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:  
 Ponto de referência:

Endereço das responsáveis pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):  
 Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Profª. Mailiz Garibotti Lusa  
 Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2777  
 Bloco: /Nº:/Complemento: Anexo Saúde, Sala 302.  
 Bairro: Santa Cecília / CEP 90035-003/ Cidade: Porto Alegre, RS  
 Telefones p/contato: (51)3308-2114

Endereço das responsáveis pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):  
 Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Poliana Einsfeld da Silva  
 Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2777  
 Bloco: /Nº:/Complemento: Anexo Saúde, Sala 302.  
 Bairro: Santa Cecília / CEP 90035-003/ Cidade: Porto Alegre, RS  
 Telefones p/contato: (51)3308-2114

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: **Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia** da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:  
 Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre - RS  
 Telefone: 3308-5698

Porto Alegre (RS), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) voluntário(a) ou responsável legal (Rubricar as demais folhas)	Nome e Assinatura das responsáveis pelo estudo (Rubricar as demais páginas)



## APÊNDICE C – Material de análise preliminar da documentação fotográfica



























## ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética da UFRGS

UFRGS - INSTITUTO DE  
PSICOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A atuação do Serviço Social junto a movimentos sociais: reflexões acerca do Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre

**Pesquisador:** Mailiz Garibotti Lusa

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 81423917.9.0000.5334

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFRGS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.494.365

**Apresentação do Projeto:**

O estudo trata sobre as possibilidades de trabalho do assistente social junto a movimentos sociais a partir da identificação das repercussões que a organização do MNPR de Porto Alegre produz para a profissão. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica, de abordagem qualitativa. Os principais instrumentos de investigação serão a observação e a documentação fotográfica.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivos

Geral:

- Analisar a organização da população em situação de rua no Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre a fim de identificar as possibilidades de trabalho do assistente social junto a movimentos sociais.

Específicos:

- Compreender as determinações do fenômeno situação de rua enquanto expressão da questão social e suas implicações para as pessoas em situação de rua;
- Identificar o processo de organização e mobilização do MNPR em Porto Alegre e suas contribuições para o fortalecimento de autonomia de seus militantes;
- Refletir acerca das possibilidades de trabalho do Serviço Social junto ao MNPR

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600

**Bairro:** Santa Cecília

**CEP:** 90.035-003

**UF:** RS

**Município:** PORTO ALEGRE

**Telefone:** (51)3308-5698

**Fax:** (51)3308-5698

**E-mail:** cep-psico@ufrgs.br



UFRGS - INSTITUTO DE  
PSICOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.494.365

de Porto Alegre.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisa pode acarretar como risco aos sujeitos pesquisados algum tipo de constrangimento em virtude de resgate de alguma lembrança do passado, bem como incômodo gerado pela reflexão sobre as limitações e desafios de viver em situação de rua. Considerando esses possíveis riscos, será esclarecido para cada sujeito pesquisado, em momento prévio ao início da pesquisa, que ele terá a plena liberdade para recusar-se a participar da produção de documentação fotográfica, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização; assim como terá a mesma liberdade para interromper ou encerrar a pesquisa antes da sua finalização, bem como não permitir a sua utilização científica, mesmo quando já encerrada (e mesmo que previamente consentida), desde que comunicado expressamente a qualquer uma das pesquisadoras responsáveis. Em caso de ocorrência dos riscos previstos, o processo será encerrado e as pesquisadoras serão responsáveis pelo meu atendimento imediato. Com estas medidas, busca-se garantir o respeito à autonomia pessoal dos sujeitos informantes da pesquisa, evitando quaisquer tipo de coerção.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O presente projeto de pesquisa é produto do processo de Estágio Curricular Obrigatório de Serviço Social da discente pesquisadora, o qual foi realizado no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop I), do município de Porto Alegre, no período de março de 2016 a junho de 2017. O Centro Pop I é uma instituição pública, estatal, laica, vinculada à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e gerida no âmbito municipal pela prefeitura de Porto Alegre. Define-se como uma unidade de referência para a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que possui como principal objetivo a prestação de atendimento e acompanhamento social, com enfoque no coletivo, a indivíduos adultos, idosos e famílias em situação de rua em Porto Alegre (FASC, 2012). O projeto de intervenção realizado no estágio, intitulado "O protagonismo da população em situação de rua para além do Centro Pop I: aproximação com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)", foi construído a partir da identificação de algumas demandas no contexto institucional. Dentre essas demandas, destaca-se o desconhecimento tanto por parte dos trabalhadores, como dos usuários do Centro Pop I acerca do Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Porto

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600  
**Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE  
PSICOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.494.365

Alegre. Além disso, a importância do fortalecimento da autonomia e da mobilização coletiva dos usuários, previsto como um dos objetivos específicos da instituição enquanto “incentivo à participação e mobilização social, com vistas a desenvolver processos críticos de enfrentamento coletivo da situação vivenciada e reinserção familiar e/ou comunitária” (FASC, 2012), somou-se como uma das justificativas para a execução do projeto. Sendo assim, o projeto de intervenção teve como objetivo geral fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva dos usuários do Centro Pop

I, tendo em vista a participação dos mesmos no Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre. A execução do projeto de intervenção evidenciou a importância da atuação do Serviço Social junto a movimentos sociais, uma vez que o MNPR se mostrou enquanto um potente recurso para fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva da população em situação de rua. Dessa forma, foi a partir da execução do projeto de

intervenção e da inserção no campo de estágio que surgiu o interesse pela temática da presente pesquisa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentou todos os termos obrigatórios.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto está ética e metodologicamente adequado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1051900.pdf	29/01/2018 19:06:07		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecidojaneiro18.pdf	29/01/2018 19:05:34	Mailiz Garibotti Lusa	Aceito
Outros	CurriculoMAILIZ.pdf	20/12/2017 20:01:26	Mailiz Garibotti Lusa	Aceito
Outros	CurriculoPOLIANA.pdf	20/12/2017 19:58:43	Mailiz Garibotti Lusa	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	20/12/2017 18:51:08	POLIANA EINSFELD DA SILVA	Aceito
Declaração de	Solicitacaoanuencia.pdf	20/12/2017	POLIANA EINSFELD	Aceito

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600  
**Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br



UFRGS - INSTITUTO DE  
PSICOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.494.365

Instituição e Infraestrutura	Solicitacaoanuencia.pdf	18:10:54	DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Cartadeanuencia.pdf	20/12/2017 18:09:32	POLIANA EINSFELD DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetocompleto.pdf	20/12/2017 15:09:50	POLIANA EINSFELD DA SILVA	Aceito
Parecer Anterior	DadosgeraisaprovacaoCOMPESQ.pdf	20/12/2017 13:37:32	POLIANA EINSFELD DA SILVA	Aceito
Parecer Anterior	Parecer.pdf	20/12/2017 13:35:57	POLIANA EINSFELD DA SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO ALEGRE, 11 de Fevereiro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Clarissa Marcell Trentini**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Ramiro Barcelos, 2600  
**Bairro:** Santa Cecília **CEP:** 90.035-003  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br